



Saúde por inteiro. A vida inteira.

O Grupo NotreDame Intermédica e o Hapvida somam forças em prol de um mesmo objetivo: oferecer acesso à saúde de qualidade para a população brasileira.

Juntos, atenderemos mais de 15 milhões de beneficiários, entre Saúde e Odontologia, com Rede Própria, em todas as regiões do País.



Confira os números GNDI e Hapvida:

85

Hospitais

290

Clínicas

74

Prontos
Atendimentos

260

Unidades de coleta
laboratorial e diagnóstico
por imagem

+66 mil
Colaboradores*

+33 mil
Dentistas**

+27,3 mil
Médicos

+15 milhões
Clientes
(Saúde + Odonto)

Hapvida | Dados do 3T21 + Hospitais: Octaviano Neves e Viventi.

NotreDame Intermédica | Dados do 3T21 + Hospitais: Santa Martha (out/21) e Humaniza (CCG | jan/22).

* Incluindo planos administrados. ** Pode haver duplicidade de credenciados

Saiba mais em:
gndi.com.br

Grupo
**NotreDame
Intermédica**



Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

☆ continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

A Administração da Notre Dame Intermédica Participações S.A. submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório do Auditor Independente, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Somos a maior empresa de assistência à saúde do Brasil de acordo com o número de beneficiários divulgados pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Oferecemos planos de assistência à saúde e também planos odontológicos, provendo serviços de qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento na saúde, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

O ano de 2021 apresentou inúmeros desafios, principalmente no primeiro semestre com a segunda onda da Pandemia de Covid-19, somada a retomada dos atendimentos eletivos. Foram registrados números recordes de novos casos e óbitos ao longo dos primeiros meses do ano. Ao final de abril de 2021, o número de óbitos decorrentes da Covid-19 em quatro meses já era superior ao total do ano anterior. Em paralelo, o avanço da vacinação da população adulta, iniciada em janeiro de 2021, mostrou-se imprescindível para o controle do surto pandêmico, de tal forma que observamos uma queda acentuada de novos casos e óbitos no segundo semestre de 2021.

Nesse contexto, o Grupo Notre Dame Intermédica deu continuidade aos planos de contingenciamento e iniciativas implementados em 2020 na tentativa de atenuar o impacto da segunda onda. Foram disponibilizadas 7 unidades de atenção primária e 6 hospitais da Rede Própria para atendimento exclusivo de pacientes com Covid-19, além de 11 hospitais referência, com fluxos e setores exclusivos para estes pacientes. A partir da queda acentuada de internações observadas a partir de junho de 2021, a Companhia iniciou o processo de desmobilização de leitos, equipes médicas e pessoal temporário, concluído apenas no final do ano.

Apesar das inúmeras adversidades, o Grupo Notre Dame Intermédica continuou na busca de fortalecer ainda mais os pilares do seu modelo de negócio por meio da (i) consolidação da sua presença nos seus mercados-alvos, com o lançamento das marcas GNDI Minas e GNDI Sul; da (ii) continuidade do seu crescimento (M&A e orgânico), com destaque para a recente expansão para o estado do Rio Grande do Sul (aquisição do Centro Clínico Gaúcho - CCG); e (iii) constante aprimoramento da qualidade dos serviços médico-hospitalares, prestados principalmente por meio da nossa Rede Própria, cujos incessantes investimentos buscam a melhoria contínua no atendimento aos nossos beneficiários.

Em linha com o ano de 2020, concluímos a aquisição de 8 ativos ao longo de 2021: Hospital LifeCenter (janeiro de 2021), Climepe (março de 2021), BioSaúde (março de 2021), Hospital do Coração de Londrina (abril de 2021), Medisanitas (abril de 2021), Hospital Maringá (julho de 2021), Serpram (agosto de 2021) e Santa Martha (outubro de 2021).

O Grupo Notre Dame Intermédica também fortaleceu a estratégia vencedora de verticalização dos custos médicos por meio (i) de contínua expansão da Rede Própria; e (ii) simplificação do mix de venda com produtos microrregionais, que tendem a ser mais verticalizados (produtos com acesso direcionado à rede própria local).

No que diz respeito ao mix de produtos, vale destacar duas frentes de atuação: (i) expansão do produto NotreLife 50+ para as regiões de São Paulo, Alto Tietê e Guarulhos - plano de saúde individual desenhado ao público acima de 49 anos; e (ii) lançamento da linha Smart 150 Grande Rio, plano verticalizado da Filial do RJ.

Todas essas iniciativas permitiram que a Companhia continuasse com a 1ª posição em número de beneficiários de planos de saúde conquistada em 2020, terminando o ano de 2021 com 4,4 milhões de membros - aumento de 18% quando comparado ao ano anterior. Além disso, a Companhia continuou na 2ª posição em número de beneficiários de planos odontológicos (atrás apenas da Odontoprev), com 3,2 milhões membros - atendidos por meio de uma rede de cerca de 18.000 dentistas presentes em mais de 1.000 municípios.

A Receita Operacional Líquida da Companhia apresentou crescimento de 17,9%, atingindo R\$ 12,6 bilhões, fruto dos esforços contínuos para expansão no número de beneficiários, além das aquisições já mencionadas. Analisando as operações de planos de Saúde e Odontológicos, tivemos crescimento em ambas, sendo 18,2% na primeira, atingindo R\$ 12,3 bilhões e 9,0% na segunda, atingindo R\$ 0,3 bilhões.

Por fim, é importante destacar que no início de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica e Hapvida Participações e Investimentos S.A. anunciaram a combinação de seus negócios, sujeita à aprovação pelo CADE e pela ANS. A operação recebeu aprovação definitiva sem restrições pelo CADE em 04 de janeiro de 2022 e foi concluída em fevereiro de 2022.

Histórico GNDI

"Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros"

As se nortearam pelo preço justo, prevenção e medicina resolutiva, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações desde sua fundação de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

A Companhia atua em duas linhas principais de negócio:

- **Operações de saúde, que contemplam planos de assistência à saúde**, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à nossa Rede Própria de hospitais, prontos-socorros e clínicas além de extensa rede de prestadores credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares;

- **Planos de assistência odontológica**, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de prestadores credenciados em todo o Brasil.

Ao agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos e de saúde oferece ao cliente o acesso mais abrangente à saúde.

Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar desse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde ao trazer melhor qualidade de vida para pacientes.

Cenário macroeconômico e setorial

Assim como foi observado em 2020, diversos indicadores macroeconômicos apresentaram alterações significativas ao longo do ano quando comparado com as expectativas do período pré-pandemia. Alguns desses indicadores foram mais impactados como a inflação ao consumidor medida pelo IPCA, a taxa SELIC, o Produto Interno Bruto (PIB) e a taxa de desemprego.

A inflação ao consumidor medida pelo IPCA atingiu 10,1% em 2021, maior valor desde 2015. Enquanto isso, a inflação médica apresentou alta de 18,2% no período de 12 meses encerrados em junho de 2021, quando comparado aos 12 meses precedentes, segundo dados do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS). Parte desse aumento é reflexo do fim do represamento de procedimentos médicos eletivos realizado ao longo de 2020 e o encarceramento de suprimentos e insumos médicos durante o período da Pandemia.

Em resposta à aceleração da inflação, o Banco Central iniciou um ciclo de alta nos juros, elevando a taxa básica de juros SELIC de 2,00% em janeiro de 2021 para 9,25% em dezembro de 2021. Esse aumento tem impacto direto na economia, freando investimentos e o consumo das famílias e aumentando o custo de capital das empresas.

O Produto Interno Bruto brasileiro avançou 4,6% em 2021, retomando o patamar pré-pandemia. Em 2022, há expectativa de crescimento de apenas 0,5% de acordo com relatório FOCUS de dezembro de 2021.

A taxa média de desemprego em 2021 foi de 13,2%, segunda maior da série histórica iniciada em 2012 e abaixo da taxa observada em 2020 (13,8%), refletindo a retomada parcial da atividade econômica. Houve a criação de 2,7 milhões de postos formais de trabalho entre janeiro e dezembro segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

A criação de vagas formais de trabalho propiciou o crescimento em 12 meses de 3,1% do número de beneficiários de planos de saúde (+1,5 milhão de vidas), maior alta desde 2013, em função da elevada proporção de planos coletivos. A taxa de cobertura nacional passou de 24,2% em 2020 para 24,4% em 2021.

Apesar das adversidades enfrentadas no ano de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica manteve a posição de maior operadora de saúde suplementar no Brasil em número de beneficiários, com mais de 4,4 milhões de beneficiários de planos de saúde, 9% do mercado nacional. No segmento de planos odontológicos, permanecemos na 2ª posição, com mais de 3,2 milhões de membros, equivalente a 11,2% do mercado.

Crescimento por aquisições (M&A)

Em 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica concluiu oito aquisições e celebrou um contrato de compra e venda de ações que marcou a entrada do grupo no estado do Rio Grande do Sul. Com aquisições de ativos estratégicos para nosso negócio, a Companhia continua a fortalecer a presença nos mercados-alvos, principalmente nas filiais Sul e Minas Gerais.

Em janeiro de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do Hospital LifeCenter, com 205 leitos, sendo 40 leitos UTI, localizado em Belo Horizonte/MG.

Em março de 2021, a Companhia concluiu a compra da Climepe, operadora baseada em Minas Gerais que conta com mais de 33 mil beneficiários de planos de saúde e 6 mil beneficiários de planos odontológicos, além de um hospital com 199 leitos, sendo 16 leitos UTI, localizado em Poços de Caldas.

Também em março de 2021, a Companhia concluiu a aquisição da BioSaúde, operadora com mais de 100 mil vidas em planos de saúde no estado de São Paulo, sendo 70% delas na modalidade PME/ Corporativo.

Em abril de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do Hospital do Coração de Londrina, que conta com 248 leitos, sendo 83 leitos UTI, distribuídos em duas unidades localizadas em Londrina/PR.

Também em abril de 2021, a Companhia concluiu a aquisição do Grupo Medisanitas, operadora baseada em Minas Gerais que conta com mais de 414 mil beneficiários de planos de saúde e 3 mil beneficiários de planos odontológicos, além de um hospital próprio com 58 leitos. Com a aquisição, o Grupo Notre Dame Intermédica tornou-se a segunda maior operadora de saúde de Minas Gerais, atrás apenas da Unimed.

Em julho de 2021, a Companhia concluiu a compra do Hospital Maringá, que conta com 81 leitos, sendo 12 leitos UTI, localizado em Maringá/PR.

Em agosto de 2021, a Companhia concluiu a transação de compra da Serpram, operadora baseada em Minas Gerais que conta com mais de 47 mil beneficiários de planos de saúde, 10 mil beneficiários de planos odontológicos, além de dois hospitais com um total de 74 leitos, sendo 21 leitos UTI, localizados em Alfenas e Varginha.

Em outubro de 2021, a Companhia concluiu a compra do Hospital Santa Martha, com 187 leitos, sendo 63 leitos UTI, localizado em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além das aquisições concluídas em 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica celebrou em junho de 2021 um acordo de intenção de compra e venda de ações do Centro Clínico Gaúcho (CCG), uma das principais operadoras verticalizadas que oferecem planos de saúde, planos odontológicos e serviços de saúde majoritariamente no estado do Rio Grande do Sul. O CCG conta com uma Rede Própria que inclui 20 centros clínicos, 13 unidades de coleta de análises clínicas e o Hospital Humaniza, além de uma ampla gama de serviços aos beneficiários, como medicina preventiva, programa de assistência domiciliar e telemedicina 24 horas. Vale ressaltar que, com a conclusão da transação, o Grupo Notre Dame Intermédica passará a deter um *market share* aproximado de 13,6% na região metropolitana de Porto Alegre. A operação foi aprovada sem restrições pelo CADE e concluída em janeiro de 2022.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020			31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020
Circulante		8.824	113.538	4.733.968	5.118.964	Circulante		2.459	177.818	3.481.251	2.797.100
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.874	110.545	1.667.835	2.563.751	Fornecedores		354	2.333	213.977	162.326
Aplicações financeiras	6	-	-	1.223.166	1.001.019	Saldos a pagar		98	216.700	212.006	212.006
Contas a receber de clientes	7	-	-	662.216	637.763	Tributos e encargos sociais a recolher	17	431	510	663.976	502.841
Estoques		-	-	145.477	100.520	Dividendos a pagar		1.485	174.877	1.493	174.877
Despesas de comercialização diferidas	8	-	-	266.581	244.009	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	195.878	225.077
Créditos tributários e previdenciários	9	1.079	812	147.103	113.630	Debêntures	19	-	-	344.692	81.091
Outros ativos	10	2.871	2.181	621.590	458.272	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	22.433	62.431
Não circulante		7.574.850	7.627.134	14.279.302	11.397.821	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	1.522.844	1.176.699
Realizável a longo prazo		138.779	109.298	2.890.110	2.440.385	Arendamentos	15	-	-	57.596	38.376
Aplicações financeiras	6	-	-	242.890	152.647	Outros passivos	21	-	-	241.662	161.376
Créditos tributários e previdenciários	9	-	-	3.619	-	Não circulante		464.707	464.707	8.414.352	6.620.999
Impostos diferidos ativos	11	-	-	672.643	549.893	Tributos e encargos sociais a recolher	17	-	-	86.826	62.369
Despesas de comercialização diferidas	8	-	-	219.208	229.558	Empréstimos e financiamentos	18	-	-	1.296.237	943.663
Depósitos judiciais e fiscais	12	128.227	98.746	1.030.914	782.033	Debêntures	19	-	-	3.169.936	2.238.572
Outros ativos	10	10.552	10.552	713.615	726.254	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	687.651	531.537
Investimentos	13	7.436.071	7.517.836	7.421	993	Parcela diferida do preço de aquisição	23	50.762	72.938	50.762	72.938
Imobilizado	14	-	-	2.631.610	2.217.421	Impostos diferidos passivos	11	-	-	643.418	526.556
Direito de uso	15	-	-	646.847	492.451	Provisões para ações judiciais	22	-	-	774.510	870.530
Intangível	16	-	-	8.110.735	6.246.571	Arendamentos	21	-	-	885.479	885.479
						Outros passivos	21	413.945	391.769	1.047.856	885.479
						Patrimônio líquido e participação de não controladores	24	7.116.508	7.098.147	7.117.668	7.098.685
						Capital social		5.808.609	5.646.453	5.808.609	5.646.453
						Ações em tesouraria		(2.857)	(2.857)	(2.857)	(2.857)
						Premio na aquisição de participação societária		(2.779)	(2.779)	(2.779)	(2.779)
						Gastos com oferta pública de ações		(113.913)	(113.913)	(113.913)	(113.913)
						Reservas:		1.427.448	1.571.243	1.427.448	1.571.243
						Reserva de capital		177.105	149.304	177.105	149.304
						Reserva de lucro		1.250.343	1.421.939	1.250.343	1.421.939
						Participação não controladores		-	-	1.160	538
						Total do passivo e patrimônio líquido		7.583.674	7.740.672	19.013.270	16.516.785

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)													
Saldos em 31 de dezembro de 2019	Atribuível aos acionistas controladores				Reservas de lucros				Lucros/(Prejuízos) acumulados		Participação de acionistas não controladores		Patrimônio líquido total
	Capital social	Ações em tesouraria	Premio na aquisição de participação societária	Gastos com oferta pública de ações	Reserva de capital - opções de ações	Legal	Lucros a distribuir	Total	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido total			
Aumento de capital	120.221	-	-	-	-	-	-	-	-	120.446	-	120.446	
(-) Recuperação de ações em tesouraria	-	(245.122)	-	-	-	-	-	-	-	(245.122)	-	(245.122)	
Alienação de ações em tesouraria	-	242.343	-	-	-	-	-	-	-	242.343	-	242.343	
(-) Premio na aquisição de particip. societária	-	-	(2.779)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reconhecimento de opções outorgadas	-	-	-	-	48.741	-	-	-	-	48.741	-	48.741	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	736.188	736.188	-	(443)	735.745	
(-) Reserva legal	-	-	-	-	-	36.809	-	(36.809)	-	-	-	-	
(-) Reserva estatutária	-	-	-	-	-	-	524.534	(524.534)	-	-	-	-	
(-) Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(174.845)	(174.845)	-	-	-	(174.845)	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	981	981	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.646.453	(2.857)	(2.779)	(113.913)	149.304	89.122	1.332.817	7.098.147	7.098.147	538	7.098.685	7.098.685	
Aumento de capital	162.156	-	-	-	-	-	-	162.156	-	-	-	162.156	
Reconhecimento de opções outorgadas	-	-	-	-	27.801	-	-	27.801	-	-	-	27.801	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(171.443)	(171.443)	(64)	(171.507)	(171.507)	
Alteração na participação societária de controladas	-	-	-	-	-	-	-	(153)	(153)	-	(153)	(153)	
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(171.596)	(171.596)	-	-	-	
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	686	686	686	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.808.609	(2.857)	(2.779)	(113.913)	177.105	89.122	1.161.374	7.116.508	7.116.508	1.160	7.117.668	7.117.668	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

continua →

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 24/03/2022 19:36
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor/ri/>

Hash: 16480749616cee0d35d2744b42aeec95a5deb4de3f

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Em milhares de reais, exceto (prejuízo) lucro por ação, expresso em reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020	
Receita operacional líquida	25	-	12.584.361	10.673.268	
Custos dos serviços prestados	26	-	(10.382.588)	(7.562.658)	
Lucro bruto			2.191.773	3.110.609	
Despesas administrativas	27.a	(48.603)	(56.402)	(1.176.493)	
Despesas comerciais	27.b	-	-	(692.942)	
Perdas de recuperabilidade sobre créditos	27.c	-	-	(105.800)	
Equivalência Patrimonial		(136.612)	802.017	-	
Outras receitas, líquidas		-	-	32.559	
Resultado antes do resultado financeiro		(185.215)	745.615	249.100	1.381.204
Resultado financeiro	28	13.772	(9.427)	(348.018)	(136.037)
Receitas financeiras		14.471	5.690	221.192	147.486
Despesas financeiras		(699)	(15.117)	(569.210)	(283.523)
Resultado antes do imposto de Renda e da Contribuição Social		(171.443)	736.188	(98.918)	1.245.167
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	11	-	-	(65.668)	(450.022)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	11	-	-	(6.921)	(59.400)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		(171.443)	736.188	(171.443)	736.188
Não controladores		-	-	(64)	(443)
(Prejuízo)/Lucro por ação:					
Básico		(0,2795)	1,2166	(0,2796)	1,2159
Diluído		(0,2795)	1,1890	(0,2796)	1,1883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Em milhares de reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020	
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Outros resultados abrangentes					
Alteração na participação societária de Controladas		(153)	-	(153)	-
Resultado abrangente do exercício		(171.596)	736.188	(171.660)	735.745
Atribuível aos acionistas:					
Controladores		(171.596)	736.188	(171.596)	735.745
Não controladores		-	-	(64)	(443)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(171.596)	736.188	(171.660)	735.745

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Em milhares de reais)					
Nota	Controladora		Consolidado		
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020	
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	25	-	12.894.505	10.970.193	
Outras receitas		-	12.967.906	11.053.246	
Perda de recuperabilidade sobre créditos reversão/(constituição)	27.c	-	32.399	28.039	
		-	(105.800)	(111.092)	
Insumos adquiridos de terceiros		(17.630)	(5.677)	(10.928.599)	(8.069.023)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(17.630)	(5.677)	(9.824.734)	(7.104.184)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(17.630)	(5.677)	(1.103.865)	(954.839)
Valor adicionado bruto		(17.630)	(5.677)	1.965.906	2.901.170
Depreciação e amortização	14, 16			(393.331)	(343.883)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(17.630)	(5.677)	1.572.575	2.557.287
Valor adicionado recebido em transferência		(122.141)	807.707	273.760	144.083
Resultado de equivalência patrimonial	13	(136.612)	802.017	-	-
Receitas financeiras	28	14.471	5.690	272.003	147.486
Outras		-	-	1.757	(3.403)
Valor adicionado total a distribuir		(139.771)	802.030	1.846.335	2.701.370
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal		(30.386)	(50.206)	(769.701)	(655.601)
Remuneração direta		(30.386)	(50.206)	(699.097)	(572.785)
Benefícios		-	-	(44.455)	(41.659)
FGTS		-	-	(26.149)	(41.147)
Impostos, taxas e contribuições		(1.261)	(796)	637.909	1.025.529
Federais		(1.190)	(752)	435.665	(847.642)
Municipais		(71)	(44)	(202.244)	(177.887)
Remuneração de capital de terceiros		(25)	(14.840)	(610.232)	(284.495)
Juros	28	(14)	(14.727)	(606.714)	(276.815)
Aluguéis		-	-	(1.523)	(6.150)
Outras		(11)	(113)	(1.995)	(1.530)
Remuneração de capital próprio		171.443	(736.188)	171.507	(735.745)
Dividendos		-	(174.845)	-	(174.845)
Prejuízo/(Lucro) retido do exercício		171.443	(561.343)	171.443	(561.343)
Participação dos não controladores no (prejuízo)/lucro retido		-	-	(64)	443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **Notre Dame Intermédica Participações S.A.** (Companhia) é uma "holding", constituída na forma de sociedade por ações, domiciliada no Brasil e com sede na Avenida Paulista, nº 867, Bela Vista, Cep 01305-100 - São Paulo/SP. As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas Controladas (ou "Grupo Notre Dame Intermédica"). A Companhia foi constituída em 18 de fevereiro de 2014 e tem como objeto social: (i) a administração de seus próprios bens e (ii) a participação como sócia, acionista ou detentora de qualquer outro direito de participar no capital de outras sociedades civis ou comerciais que tenham por objeto atividades relacionadas aos diversos ramos da saúde, incluindo sociedades que, direta ou indiretamente, (a) administrem, comercializem ou distribuam planos de assistência à saúde ou planos odontológicos privados; (b) operem hospitais, laboratórios, centros clínicos ou unidades de atendimento médico; e/ou (c) possuam imóveis destinados primordialmente ao desenvolvimento de atividades no setor de saúde.

A Companhia é Controladora direta da BCBF Participações S.A. (BCBF), uma "holding" de capital aberto, e Controladora Indireta de entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tais entidades têm por objeto social a prestação de serviços nos campos de medicina, odontologia e hospitalar, abrangendo a operação de hospitais, laboratórios e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou privadas e participações. As informações sobre as Controladas Diretas e Indiretas da Companhia estão sendo apresentadas na nota explicativa 3.1.2.

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a combinação de negócios com o Grupo Hapvida, tornando-se subsidiária integral da Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida) (nota explicativa 36 (ii) a (iv)).

A Companhia obteve o registro de empresa de capital aberto em 19 de abril de 2018 e iniciou as negociações de suas ações no segmento especial Novo Mercado na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 23 de abril de 2018, sob o código GNDD3. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 17 de fevereiro de 2022, foi aprovada pela Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida), atual única acionista da Companhia, o cancelamento do registro de companhia aberta. Em 18 de março de 2022, o cancelamento foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) (nota explicativa 36 (iv)).

1.1. Pandemia coronavírus - COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/2020, diante do cenário atual que o mundo e nosso país atravessam por conta da pandemia da COVID-19, a Companhia procurou avaliar os possíveis impactos relevantes nas suas operações, com o objetivo de verificar os reflexos a partir das Informações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e divulgações futuras.

No Brasil, após a comprovação do primeiro caso de coronavírus, paralizações decorrentes do distanciamento social foram solicitadas ou impostas por autoridades governamentais ou definidas por empresas como medidas preventivas. Essas paralizações impactaram diversos segmentos da economia nacional, dentre os principais, o varejo físico e diversos segmentos da indústria, além da cadeia de serviços.

A seguir, descreveremos os principais impactos observados na Companhia:

Custos médicos de saúde e odontologia:

Diferentemente da primeira onda de COVID-19 vivenciada em meados de 2020, no Brasil, a segunda onda da pandemia ganhou contornos mais dramáticos com o recrudescimento do número total de casos, acompanhado de uma frequência bastante superior de casos graves e severos, ocorrendo não apenas os idosos, mas, desta vez, penetrando também na população mais jovem e trabalhadora, especialmente nos estados do Sul e Sudeste. Essa prevalência de casos graves na população ativa nos principais mercados em que a Companhia atua gerou o maior nível de atendimentos hospitalares da história de nossa empresa.

Nos primeiros meses do ano tivemos um volume recorde de internações de pacientes com COVID-19 bem superior ao observado na primeira onda. A situação foi ainda mais desafiadora para nossas operações, uma vez que os pacientes acometidos com COVID-19 que necessitaram de internação encontraram o setor hospitalar já operando próximo da normalidade no que diz respeito às demais cirurgias eletivas, gerando uma sobrecarga no sistema de saúde como um todo, uma vez que foram poucos os estados e municípios que decretaram durante 2021 a suspensão mandatória das cirurgias eletivas. Nesse cenário, tivemos que contar com a abertura de centenas de leitos adicionais em nossa rede própria, mas também tivemos que buscar apoio em nossa rede credenciada, que atuou como importante parceira nesse momento de crise sanitária.

Durante o terceiro trimestre de 2021, com a intensificação do programa de vacinação em massa, vivenciamos dia a dia uma queda progressiva e consistente no volume de atendimento a pacientes acometidos com COVID-19. Esta redução permitiu que diversos esforços extraordinários que estavam sendo empreendidos comesçassem a ser revertidos, incluindo a diminuição no uso da rede contratada em paralelo com o fechamento de leitos na rede própria, a devolução de equipamentos alugados, menor necessidade de mão de obra temporária e ajustes à cadeia de suprimentos com o retorno de compras a prazos mais regulares. Estes ajustes foram sendo empreendidos ao longo do terceiro trimestre, à medida que os casos de COVID-19 se retraiam, porém o efeito destes ajustes ainda não pode ser capturado no próprio terceiro trimestre em função do ciclo operacional, especialmente nas contas da rede contratada.

O quarto trimestre de 2021 se iniciou com uma continuidade das tendências de melhoria observadas ao longo do terceiro trimestre. Porém, nos meses de novembro e dezembro observamos um movimento totalmente atípico, alterando profundamente a curva de sazonalidade histórica, vivenciando um fluxo sem precedentes nos pronto-socorros e consultórios, de pacientes acometidos de Influenza, além do aparecimento da nova variante Ômicron. Felizmente pelas características desta variante e pela intensificação dos programas de vacinação em massa, a grande maioria dos atendimentos não necessitavam de internação hospitalar para continuidade do tratamento, porém acabaram voltando a pressionar os custos médicos (exames clínicos, de imagem, consultas eletivas e consultas de pronto-socorro). Quanto aos atendimentos dentais, utilizando-se como premissa nossos indicadores operacionais históricos ajustados para a sazonalidade desta época do ano, continuamos notando uma utilização menor de nossos beneficiários nos procedimentos de odontologia.

Serviços hospitalares para outros convênios:

Durante o ano de 2020, observamos um movimento menor do que o histórico nos atendimentos a pacientes de outros planos de saúde, justificada por uma estratégia de enfrentamento da pandemia que privilegiou a preservação de leitos próprios em caso de eventual necessidade de atendimento a beneficiários da Companhia e de suas Controladas. Essa queda nos atendimentos a pacientes de outros convênios permitiu a liberação de capacidade de leitos próprios de internação e, principalmente, de UTI, que foram sendo ocupados com nossos pacientes com suspeita ou confirmação de COVID-19. Este cenário pôde ser progressivamente revertido ao longo do ano de 2021, com a sensível redução no volume de pacientes acometidos com COVID-19, o que permitiu uma sólida recuperação nos volumes de atendimento a outros convênios que totalizaram em 2021 um faturamento bruto de R\$ 1,05 bilhão, nos levando a acreditar que os impactos da COVID-19 sobre esta linha já foram dissipados.

Risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros:

Com progressivo retorno à normalidade dos principais mercados financeiros globais, o impacto da marcação a mercado, principalmente de alguns fundos de investimento ANS, constituídos para fins de lastro junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar, foi sensivelmente reduzido.

Risco relacionado à recuperabilidade do ativo intangível:

No quarto trimestre de 2021, a Companhia contratou empresa de consultoria independente e especializada para avaliar a recuperabilidade do ativo intangível. A avaliação considerou as projeções para os próximos 5 anos. O laudo emitido com data-base de 30 de setembro de 2021, não apresentou indicadores de *impairment*. Não obstante o resultado reportado no quarto trimestre de 2021, a Administração da Companhia reconhece que esse desempenho está associado ao momento da pandemia vivida, uma vez que todas as principais contas de resultado se comportaram dentro do esperado, com exceção da sinistralidade médica associada ao COVID-19, que já vem dando sinais de arrefecimento, não alterando, portanto, os planos de médio e longo prazo da Companhia.

Risco de perda nos estoques:

Com a retomada gradual dos serviços médicos, nossos níveis de estoques estão voltando à normalidade e não identificamos nenhuma necessidade de lançamentos para perda.

Risco de continuidade operacional:

Nossa receita operacional líquida continua em crescimento, sustentada por um progressivo aumento de nossa base de clientes, com um ticket médio sustentável. Os reais impactos dessas atuais tendências são impossíveis de serem quantificados, pois vão depender não somente (i) da evolução da curva da própria doença, (ii) da velocidade de vacinação da população e das respostas às diferentes vacinas, (iii) de novos protocolos de tratamento para os pacientes com COVID-19 que poderão demandar novas medicações, mas principalmente das medidas que vierem a serem implementadas pelos governos, que terão o condão de afetar não somente (iv) a velocidade de disseminação do vírus, mas também (v) a atividade econômica e, por consequência, o emprego. E, por se tratar de uma enfermidade nova, é difícil prever com exatidão quando se dará o retorno pleno à normalidade.

Embora seja esperado que a COVID-19 continue a impactar a atividade econômica mundial e a local, até a data de divulgação destas Informações Financeiras não identificamos um aumento na inadimplência de nossos clientes e tampouco solicitações de cancelamento ou modificações dos contratos, ainda que a manutenção do cenário macroeconômico adverso possa continuar a impactar negativamente o emprego no país e, consequentemente, o número de beneficiários de saúde privada no Brasil.

Acreditamos que, por estarmos oferecendo serviços de saúde de natureza essencial, em especial em tempos de pandemia, não tivemos o impacto no risco de crédito, exceto por algumas negociações pontuais com alguns clientes, nas quais houve diferimento das mensalidades, que já estão refletidas na nota explicativa 7.

Com relação à gestão da liquidez, a Companhia e suas Controladas elaboram análises de fluxo de caixa projetado e revisam, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, inclusive os relacionados à garantia das provisões técnicas. É importante mencionar que, em 31 de dezembro de 2021, nossa posição consolidada de ativos de liquidez imediata, classificados como Caixa e equivalentes de caixa, corresponde a R\$ 1.667.835, conforme nota explicativa 5, enquanto nossos compromissos de endividamento possuem um prazo médio de vencimento dos contratos de até sete anos, conforme notas explicativas 18 e 19.

A Companhia, por meio de suas Controladas BCBF Participações e Notre Dame Intermédica Saúde, possui debêntures que contêm *covenants* financeiros, sendo que o principal está relacionado com a manutenção da relação entre dívida líquida pelo EBITDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, mensurados a cada três meses. Em 31 de dezembro de 2021, a BCBF Participações e a Notre Dame Intermédica Saúde se encontravam adimplentes com os *covenants*.

Nos primeiros meses de 2021, a Companhia e suas subsidiárias iniciaram um amplo programa de vacinação de seus funcionários da linha de frente de atendimento hospitalar e ambulatorial em todas as regiões que atuamos, de acordo com as diretrizes das respectivas secretarias de saúde locais.

A despeito dos impactos havidos no quarto trimestre de 2021, a extensão em que a COVID-19 afetará os negócios futuros, a situação financeira, os resultados das operações e as perspectivas da Companhia e suas Controladas dependerá de desenvolvimentos futuros, incertos e que não podem, por enquanto, ser razoavelmente previstos, incluindo novas informações que possam surgir sobre a evolução da COVID-19 e/ou as ações do governo e outras entidades para contê-la no Brasil. Embora não seja possível estimar razoavelmente a extensão de possíveis impactos nos negócios, condição financeira, resultados de operações e perspectivas, nossas projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Companhia e suas Controladas monitoram continuamente a situação o mais próximo possível e estão avaliando ativamente os possíveis impactos em seus negócios e implementando medidas que mitiguem potenciais riscos existentes.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020						
(Em milhares de reais)						
Nota	Controladora		Consolidado			
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020		
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(171.443)	736.188	(171.507)	735.745	
Depreciação e amortização	14,16	-	-	310.175	284.300	
Depreciação direito de uso	15	-	-	83.156	59.583	
Equivalência patrimonial	13.a	136.612	(802.017)	-	-	
Atualização monetária - depósitos judiciais	12	(11.681)	(3.545)	(36.630)	(23.329)	
Atualização monetária - contingência	22	-	-	87.714	48.876	
Ajuste a mercado s/aplicações financeiras	6	-	-	7.238	394	
Atualização monetária - SUS	20.a	-	-	26.811	27.562	
Receita c/aplicações financeiras	6	-	-	(110.091)	(57.332)	
(Receita)/Despesa c/variação cambial	18.b	-	-	(535)	473	
Imposto de Renda e Contribuição Social - correntes e diferidos	11	-	-	79.511	509.422	
Variação de provisões técnicas	20.c	-	-	96.549	36.881	
Provisões para ações judiciais	27.a	-	-	(83.588)	29.786	
Provisão/(Reversão) - perda de recuperabilidade s/creditos	27.c	-	-	(3.166)	15.232	
Perda efetiva de recuperabilidade s/creditos	27.c	-	-	108.966	95.860	
Provisão de glosa esperada	7	-	-	(1.313)	8.025	
Amortização - despesa de comercialização diferida	8	-	-	360.213	294.068	
Ajuste a valor presente - parcela diferida preço de aquisição		-	14.704	-	14.704	
Juros s/debêntures e custo de captação	19	-	-	176.528	65.850	
Juros s/empréstimos e financiamentos e custo de captação	18	-	-	95.342	39.909	
Juros s/arrendamentos	15	-	-	60.819	43.959	
Apropriação programa <i>stock option</i>	27.a	27.801	48.741	27.801	48.741	
Baixa imobilizado/intangível	14,16	-	-	12.336	13.283	
Outros		-	-	(1.813)	119	
Instrumentos derivativos - <i>NDF (Non-Deliverable Forward)</i>	28	-	-	7.276	(4.133)	
Baixa direito de uso/(arrendamentos)	15	-	-	(2.713)	(3.643)	
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-	(114.123)	(441.885)	
		(18.711)	(5.929)	1.182.132	1.842.450	
Aumento dos ativos operacionais		(18.757)	(29.441)	(870.628)	(1.088.196)	
Conta a receber de clientes	7	-	-	(76.810)	(183.913)	
Estoques		-	-	(27.248)	(45.191)	
Créditos tributários e previdenciários		(267)	520	(27.091)	(2.953)	
Despesas de comercialização diferida	8	-	-	(370.310)	(402.802)	
Impostos diferidos ativos		-	-	-	(3.531)	
Depósitos judiciais e fiscais	12	(17.800)	(19.097)	(145.555)	(232.596)	
Outros ativos		(690)	(10.864)	(232.614)	(217.210)	
Aumento/(Redução) dos passivos operacionais		(18.757)	(29.441)	(870.628)	(1.088.196)	
Fornecedores		(1.979)	1.648	(181.507)	(66.846)	
Salários a pagar		91	36	(34.150)	27.673	
Tributos e encargos sociais a recolher		(79)	(81)	75.726	103.505	
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		-	-	124.928	133.512	
Provisões para ações judiciais	22	-	-	(66.476)	(60.683)	
Outros passivos		22.176	71.301	(130.639)	148.837	
Parcela diferida do preço de aquisição	23	(22.				

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Apresentamos a seguir o resumo da contraprestação paga para adquirir a Lifecenter e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo Circulante	69.822	Passivo Circulante	81.452
Caixa e equivalentes de caixa	162	Fornecedores	21.707
Aplicações financeiras	35.380	Salários a pagar	8.217
Contas a receber de clientes	22.285	Tributos e encargos sociais a recolher	7.641
Estoques	7.492	Empréstimos e financiamentos a pagar	25.894
Créditos tributários e previdenciários	471	Provisões de imposto de renda e contribuição social	900
Outros ativos	4.032	Arrendamentos	5.270
		Outros passivos	11.923
Não circulante	96.750		
Realizável a longo prazo	3.089	Não circulante	130.769
Imposto diferido ativo	2.563	Empréstimos e financiamentos a pagar	49.637
Outros ativos	526	Provisões para ações judiciais	3.962
Investimentos	172	Arrendamentos	68.997
Imobilizado ¹	21.955	Outros passivos	8.173
Direito de uso	67.036		
Intangível ²	536		
Ativo indenizatório	3.992		
Total do ativo adquirido identificável	166.572	Total do passivo assumido	212.221
		Total do ativo adquirido identificável/passivo assumido	(45.649)
		Ágio líquido gerado na transação	211.803
		Total da contraprestação líquida	166.154

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 21.955 corresponde ao custo adquirido de R\$ 15.798 e mais-valia de R\$ 6.157.
*A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Lifecenter mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Lifecenter
Mais valia de ativos	6.157
Valor justo	211.803

Imobilizado
Ágio
Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia foram alocados da seguinte forma:
Intangível
Ágio não alocado
Em acordo de acionistas ficou definido que todas as contingências referentes aos períodos anteriores à assinatura do contrato de compra e venda serão de responsabilidade dos antigos acionistas e, portanto, esses valores serão reembolsos ou descontados da parcela retida a pagar.
O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

A Lifecenter foi consolidada a partir de 1º de janeiro de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita líquida de R\$ 141.159 e um prejuízo de R\$ 19.800.
2.2. Aquisição Climepe Total Ltda.
Em 8 de março de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas da Climepe Total Ltda. (Climepe). O valor da aquisição foi de R\$ 193.045, pagos na sua integralidade nesta data.

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Climepe e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo Circulante	28.893	Passivo Circulante	20.412
Caixa e equivalentes de caixa	5.137	Fornecedores	1.251
Aplicações financeiras	20.879	Salários a pagar	2.252
Contas a receber de clientes	1.606	Tributos e encargos sociais a recolher	1.025
Estoques	268	Dividendos a pagar	6.293
Créditos tributários e previdenciários	991	Provisões de imposto de renda e contribuição social	1.047
Outros ativos	12	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	8.039
		Arrendamentos	57
Não circulante	97.363	Outros passivos	448
Realizável a longo prazo	530		
Imposto diferido ativo	321	Não circulante	1.639
Depósitos judiciais	209	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	353
Imobilizado ¹	56.839	Provisões para ações judiciais	1.181
Direito de uso	141	Arrendamentos	105
Intangível ²	39.853		
Total do ativo adquirido identificável	126.256	Total do passivo assumido	22.051
		Total do ativo adquirido identificável/passivo assumido	104.205
		Ágio líquido gerado na transação	88.840
		Total da contraprestação líquida	193.045

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 56.839 corresponde ao custo adquirido de R\$ 3.742 e mais-valia de R\$ 53.097.
²O ativo intangível adquirido ao valor justo de R\$ 39.853 corresponde ao custo adquirido de R\$ 44 e mais-valia de R\$ 39.809.
A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Climepe, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Climepe
Mais valia de ativos	53.097
Método de renda ¹	39.809
Valor justo	88.840

Imobilizado
Carteira de clientes
Ágio
¹Multi-Period Excess Earnings Model - MPEEM: este método parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.
Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Companhia foram alocados da seguinte forma:
Intangível
Carteira de clientes
Ágio não alocado

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.
A Climepe foi consolidada a partir de 1º de março de 2021. A contribuição na demonstração do resultado consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 65.184 e um lucro líquido de R\$ 6.013.
Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição da Climepe Total Ltda., conforme protocolo Ofício nº 91/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 27 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004121/2020-05, aprovou sem restrições a aquisição da Climepe Total Ltda.
A totalidade das condições precedentes foi atingida em 8 de março de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.
2.3. Aquisição Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
Em 31 de março de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda. (Bio Saúde). O valor da aquisição foi de R\$ 78.846, sendo uma parcela à vista de R\$ 71.046 e uma parcela retida no valor de R\$ 7.800, a ser paga até 31 de março de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista
Parcela retida
Total da contraprestação
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida
Total da contraprestação líquida
A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Bio Saúde e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo Circulante	18.940	Passivo Circulante	40.702
Caixa e equivalentes de caixa	127	Fornecedores	929
Aplicações financeiras	15.539	Salários a pagar	148
Contas a receber de clientes	3.274	Tributos e encargos sociais a recolher	828
		Dividendos a pagar	159
Não circulante	39.107	Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	203
Realizável a longo prazo	1.084	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	35.807
Imposto diferido ativo	1.084	Arrendamentos	691
Imobilizado	43	Outros passivos	1.937
Direito de uso	3.143	Não circulante	8.935
Intangível	29.661	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	541
Ativo indenizatório	5.176	Provisões para ações judiciais	4.933
		Arrendamentos	2.710
		Outros passivos	751
Total do ativo adquirido identificável	58.047	Total do passivo assumido	49.637
		Total do ativo adquirido identificável/passivo assumido	8.410
		Ágio gerado na transação	69.266
		Total da contraprestação líquida	77.676

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Bio Saúde, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Bio Saúde
Mais valia de ativos	43
Valor de renda ¹	29.661
Valor justo	69.266

Imobilizado
Carteira de clientes
Ágio
¹Multi-Period Excess Earnings Model - MPEEM: este método parte do pressuposto que o valor justo de um ativo intangível, é igual ao valor presente dos fluxos de caixa atribuível para esse bem. A realização do fluxo de caixa deve ser líquida da contribuição de outros ativos, tangíveis ou intangíveis.
Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Empresa foram alocados da seguinte forma:
Intangível
Carteira de clientes
Ágio não alocado

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.
A Bio Saúde foi consolidada a partir de 1º de abril de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 117.168 e um lucro líquido de R\$ 9.764.
Em 17 de setembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., conforme protocolo Ofício nº 92/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.

Em 29 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.005771/2020-60, aprovou sem restrições a aquisição da Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.
2.4. Aquisição Grupo Medisanitas Brasil (Grupo Notre Dame Intermédica Minas Gerais).
Em 13 de abril de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças do Grupo Medisanitas Brasil. O valor da aquisição foi de R\$ 1.091.057, sendo uma parcela à vista de R\$ 991.057 e uma parcela retida no valor de R\$ 100.000, que será paga parcialmente no terceiro aniversário e o restante no sexto aniversário, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.

Parcela à vista
Parcela retida (escrow)
Total da contraprestação líquida
¹Conforme acordo entre as partes, a parcela retida (escrow) foi aplicada pela Companhia. A movimentação dessa aplicação está vinculada à aprovação do vendedor e tem por finalidade fazer frente a reembolsos e possíveis contingências no período de até seis anos.
A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Grupo Medisanitas Brasil e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo Circulante	196.973	Passivo Circulante	198.988
Caixa e equivalentes de caixa	24.653	Fornecedores	33.732
Aplicações financeiras	133.564	Salários a pagar	8.927
Contas a receber de clientes	13.898	Tributos e encargos sociais a recolher	8.545
Estoques	3.477	Empréstimos e financiamentos a pagar	6.720
Despesas de comercialização diferidas	2.125	Provisões de Imposto de Renda e Contribuição Social	5.346
Créditos tributários e previdenciários	11.046	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	127.751
Outros ativos	8.210	Arrendamentos	2.961
		Outros passivos	5.006
Não circulante	434.524		
Realizável a longo prazo	71.750	Não circulante	109.852
Créditos tributários e previdenciários	3.619	Tributos e encargos sociais a recolher	6.948
Depósitos judiciais	65.315	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	17.347
Outros ativos	2.816	Provisões para ações judiciais	71.775
Investimento	420	Arrendamentos	13.782
Imobilizado ¹	43.708		
Direito de uso	15.314		
Intangível ²	224.129		
Ativo indenizatório	79.203		
Total do ativo adquirido identificável	631.497	Total do passivo assumido	308.840
		Total do ativo adquirido identificável/passivo assumido	322.657
		Ágio gerado na transação	768.400
		Total da contraprestação líquida	1.091.057

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 43.708 corresponde ao custo adquirido de R\$ 39.522 e mais-valia de R\$ 4.186.
²O ativo intangível adquirido ao valor justo de R\$ 224.129 corresponde ao custo adquirido de R\$ 458 e mais-valia de R\$ 223.671.
Conforme contrato de compra e venda junto ao Grupo Medisanitas Brasil (QPA - QUOTA PURCHASE AGREEMENT) de 25 de agosto de 2020, existe uma cláusula de reembolso aos vendedores em caso de depósitos judiciais retornarem à companhia. Esta cláusula prevê o reembolso pelo recebimento de

depósitos judiciais vinculados a um processo de ISS conforme Mandado de Segurança nº 5060726-81.2016.8.13.0024, impetrado pela operadora com a finalidade de ver reconhecido seu direito em não apurar e recolher o ISS devido a Belo Horizonte - MG sobre os repasses realizados a título de custo médico para prestadores localizados fora do referido Município.

Sendo assim, em 11 de junho de 2021, a Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. (anteriormente Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S.A.) obteve êxito nesse processo e os depósitos judiciais foram vertidos para essa Companhia, o que gerou o pagamento aos vendedores de R\$19.620 pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., considerado como contraprestação na aquisição, impactando em ajuste do ágio.
A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Grupo Medisanitas, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Grupo Medisanitas
Mais valia de ativos	4.186
Método de renda ¹	223.671
Valor justo	768.400

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.
O Grupo Medisanitas Brasil foi consolidado a partir de 1º de abril de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 502.829 e um lucro líquido de R\$ 7.247.
Em 4 de dezembro de 2020, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil, conforme protocolo Ofício nº 137/2020/ASSNT-DIOPE/DIRAD-DIOPE/DIOPE.
Em 18 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.004547/2020-51, aprovou sem restrições a aquisição do Grupo Medisanitas Brasil.
2.5. Aquisição Hospital do Coração de Londrina Ltda.
Em 5 de abril de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças do Hospital do Coração de Londrina Ltda.. O valor da aquisição foi de R\$ 101.590, sendo uma parcela à vista de R\$ 70.000 e uma parcela retida no valor de R\$ 31.590, que será paga em 4 de abril de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.
Parcela à vista
Parcela retida
Total da contraprestação
Ajuste a valores presente sobre a parcela retida
Total da contraprestação líquida
A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital do Coração de Londrina e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo Circulante	10.878	Passivo Circulante	95.113
Caixa e equivalentes de caixa	2.020	Fornecedores	21.979
Contas a receber de clientes	2.903	Salários a pagar	5.486
Estoques	5.026	Tributos e encargos sociais a recolher	46.349
Créditos tributários e previdenciários	929	Empréstimos e financiamentos	12.783
		Arrendamentos	6.588
Não circulante	86.727	Outros passivos	1.928
Realizável a longo prazo	1.623	Não circulante	97.647
Imposto diferido ativo	1.390	Tributos e encargos sociais a recolher	26.343
Depósitos judiciais	233	Provisões para ações judiciais	4.856
Investimentos	264	Arrendamentos	66.448
Imobilizado ¹	10.956		
Direito de uso	68.949		
Intangível	79		
Ativo indenizatório	4.856		
Total do ativo adquirido identificável	97.605	Total do passivo assumido	192.760
		Total do ativo adquirido identificável/passivo assumido	(95.155)
		Ágio líquido gerado na transação	192.014
		Total da contraprestação líquida	96.859

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 10.956 corresponde ao custo adquirido de R\$ 1.227 e mais-valia de R\$ 9.729.
A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição do Hospital do Coração de Londrina, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

Método de avaliação	Londrina
Mais valia de ativos	9.729
Valor justo	192.014

Imobilizado
Ágio
Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pelo Hospital do Coração de Londrina foram alocados da seguinte forma:
Intangível
Ágio não alocado
O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.

O Hospital do Coração de Londrina foi consolidado a partir de 1º de abril de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 121.776 e um lucro líquido de R\$ 966.
Em 10 de março de 2021, o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (CADE), por meio do ato de concentração 08700.000292/2021-38, aprovou sem restrições a aquisição do Hospital do Coração de Londrina Ltda..
A totalidade das condições precedentes foi atingida em 5 de abril de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.
2.6. Aquisição Hospital e Maternidade Maringá S.A.
Em 16 de julho de 2021, o Grupo Notre Dame Intermédica assinou o termo de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças do Hospital e Maternidade Maringá S.A. O valor da aquisição foi de R\$ 67.970, sendo uma parcela à vista de R\$ 52.970 e uma parcela retida no valor de R\$ 15.000, que será paga em 1º de julho de 2027, para fazer face às eventuais contingências oriundas do período que antecedeu a data do fechamento conforme determinado em cláusula contratual.
Parcela à vista
Parcela retida
Total da contraprestação
Ajuste a valor presente sobre a parcela retida
Total da contraprestação líquida
A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua mensuração termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.
A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir o Hospital e Maternidade Maringá S.A. e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo Circulante	7.595	Passivo Circulante	11.098
Caixa e equivalentes de caixa	741	Fornecedores	3.548
Contas a receber de clientes	5.419	Salários a pagar	2.680
Estoques	485	Tributos e encargos sociais a recolher	859
Créditos tributários e previdenciários	526	Dividendos a pagar	662
Outros ativos	424	Empréstimos e financiamentos	1.831
		Provisões para imposto de renda e contribuição social	1.273
Não circulante	44.433	Arrendamentos	180
Realizável a longo prazo	814	Outros passivos	65
Imposto diferido ativo	756	Não circulante	659
Depósitos judiciais	374	Empréstimos e financiamentos	140
Investimentos	42.548	Provisões para ações judiciais	226
Imobilizado ¹	435	Arrendamentos	293
Direito de uso	36		
Intangível	36		
Ativo indenizatório	226		
Total do ativo adquirido identificável	52.028	Total do passivo assumido	11.757
		Total do ativo adquirido identificável/passivo assumido	40.271
		Ágio líquido gerado na transação	25.486
		Total da contraprestação líquida	65.757

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

conforme determinado em cláusula contratual.
Parcela à vista
Parcela retida

Total da contraprestação

Ajuste a valor presente sobre a parcela retida
Total da contraprestação líquida

A Companhia, conforme requerimento do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, por meio de empresa independente, elaborou laudo preliminar para identificação de ativos tangíveis e intangíveis. Sua metodologia termina assim que a Companhia obtiver as informações completas sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição. Contudo, o período de mensuração não será superior a um ano da data de aquisição.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para adquirir a Santa Martha e o valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de aquisição:

Ativo	Passivo		
Circulante	Circulante	12.705	19.727
Caixa e equivalentes de caixa	Fornecedores	4.904	4.755
Aplicações financeiras	Salários a pagar	3.696	5.686
Contas a receber de clientes	Tributos e encargos sociais a recolher	307	1.701
Estoques	Provisões para imposto de renda e contribuição social	739	3.819
Créditos tributários e previdenciários	Outros passivos	3.058	3.766
Não circulante	Não circulante	40.982	3.231
Realizável a longo prazo	Tributos e encargos sociais a recolher	1.583	2.137
Imposto diferido ativo	Provisões para ações judiciais	702	1.094
Depósitos judiciais		881	
Investimentos		6	
Imobilizado ¹		38.166	
Intangível		132	
Ativo indenizatório		1.095	
Total do ativo adquirido identificável	Total do passivo assumido	53.687	22.958
	Total do ativo adquirido identificável(passivo assumido)		30.729
	Ágio líquido gerado na transação		130.405
	Total da contraprestação líquida		161.134

¹O ativo imobilizado adquirido ao valor justo de R\$ 38.166 corresponde ao custo adquirido de R\$ 10.734 e mais-valor de R\$ 27.432.

A Companhia identificou a alocação dos ativos tangíveis e intangíveis na aquisição da Santa Martha, mensurados a valor justo. Conforme elaboração de laudo emitido por empresa independente, as alocações preliminares são:

	Método de avaliação	Santa Martha	
Imobilizado	Mais-valor de ativos	27.432	
Ágio	Valor justo	130.405	
Para fins de consolidação, os ativos intangíveis identificados pela Santa Martha foram alocados da seguinte forma:			
Intangível	Valor alocado	Vida útil	
Ágio não alocado		Indefinida	
		130.405	

O ágio de aquisição se justifica pelos valores dos ativos adquiridos e da rentabilidade futura esperada pela sinergia gerada com a atividade do Grupo Notre Dame Intermédica.
A Santa Martha foi consolidada a partir de 1º de outubro de 2021. A contribuição na demonstração consolidada do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma receita de R\$ 24.027 e um lucro líquido de R\$ 2.122.

Em 6 de setembro de 2021, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.004335/2021-54. A totalidade das condições precedentes foi atingida em 1º de outubro de 2021, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

3.1.1. Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

A Companhia, ao elaborar estas Demonstrações Financeiras, utiliza os seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; e (iii) necessidades informacionais dos usuários das Demonstrações Financeiras. Assim, a Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na gestão da Companhia e de suas Controladas.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior e foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2022.

3.1.2. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras consolidadas compreendem as Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas Controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com um envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantam a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
- a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

Conseqüentemente, há apenas um controle exercido sobre uma Controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da Controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas Demonstrações Financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas Controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas incluem as seguintes Controladas Diretas e Indiretas da Notre Dame Intermédica Participações S.A.:

Atividade principal	Data de aquisição	Data da incorporação	2021		2020	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
BCBF Participações S.A.	Holding	-	100,00%	-	100,00%	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	Plano de saúde	-	-	100,00%	-	100,00%
Hospital São Bernardo S.A.	Saúde	23/02/2017	-	100,00%	-	100,00%
Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda.	Saúde	05/04/2019	-	100,00%	-	100,00%
São Lucas Saúde S.A.	Plano de saúde	23/01/2020	-	100,00%	-	100,00%
São Lucas Serviços Médicos Ltda.	Saúde	23/01/2020	-	100,00%	-	100,00%
Clínica São Lucas Ltda.	Saúde	23/01/2020	-	87,07%	-	87,07%
Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda.	Plano de saúde	07/02/2020	-	100,00%	-	100,00%
Graiha Azul Administração e Participação Ltda.	Administração de Bens	07/02/2020	-	100,00%	-	100,00%
Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda.	Saúde	20/05/2020	-	98,99%	-	98,99%
SMV Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	24/08/2020	-	97,30%	-	99,30%
Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A.	Saúde	24/08/2020	-	99,86%	-	99,60%
INCORD - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	-	100,00%	-	100,00%
Bioimagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda.	Laboratorial	24/08/2020	-	93,35%	-	93,35%
Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A.	Saúde	23/10/2020	-	99,99%	-	97,02%
Lifeday Planos de Saúde Ltda.	Plano de saúde	01/12/2020	01/04/2021	-	-	100,00%
Lifecenter Sistema de Saúde S.A.	Saúde	20/01/2021	-	100,00%	-	100,00%
Climpepe Total Ltda.	Plano de saúde	08/03/2021	-	100,00%	-	-
Bio Saúde Serviços Médicos Ltda.	Plano de saúde	31/03/2021	-	100,00%	-	-
Hospital do Coração de Londrina Ltda.	Saúde	05/04/2021	-	100,00%	-	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Investimentos Ltda.	Holding	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Ltda.	Holding	13/04/2021	-	100,00%	-	-
NDIS MG Investimentos e Participações Ltda.	Holding	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
NDIS MG Serviços Operacionais Ltda.	Administração	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
NDIS Drogaria Ltda.	Drogaria	13/04/2021	-	100,00%	-	-
Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.	Plano de saúde	13/04/2021	-	100,00%	-	-
Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
Centro Clínico NDIS MG Venda Nova Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
Centro Médico NDIS MG Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
Hospital Notre Dame Intermédica BH Ltda.	Saúde	13/04/2021	01/10/2021	-	-	-
Hospital e Maternidade Maringá S.A.	Saúde	16/07/2021	-	100,00%	-	-
Serpam - Serviço de Prestação de Assistência Médico-Hospitalar S.A.	Plano de saúde	04/08/2021	-	99,39%	-	-
IMESA - Instituto de Medicina Especializada Afenas S.A.	Saúde	04/08/2021	-	99,50%	-	-
Hospital Varginha S.A.	Saúde	04/08/2021	-	99,41%	-	-
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha S.A.	Saúde	01/10/2021	-	100,00%	-	-

3.1.3. Combinação de negócios e ágio
Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores da adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirente, de derivativos embutidos existentes em contratos de hedge em sua adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data da aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada um ativo ou um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia, que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

3.1.4. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se que seja realizado, ou se pretende que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- está mantido essencialmente com propósito de ser negociado;
- os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a moeda funcional). As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

(ii) *Transações e saldos*
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica de "Resultado financeiro".

3.1.6. Informações por segmento
A Companhia e suas Controladas atuam no setor de saúde suplementar e direcionam sua estratégia à prestação de serviços de forma verticalizada, em que o atendimento ao beneficiário é prioritariamente realizado em rede própria de atendimento, e proporciona assistência médica e odontológica.

Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e de suas Controladas responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

As informações por segmento da Companhia estão basicamente segregadas em:

- saúde - prestação de serviços nos campos da medicina, medicina social, hospitalar e ocupacional, subdividida em Saúde Sudeste, Saúde Minas e Saúde Sul;
- odontológico - prestação de serviços no campo da odontologia.

3.1.7. Demonstração do valor adicionado (DVA)
Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas Demonstrações Financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

A DVA não é uma demonstração financeira requerida pelas normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*).

3.1.8. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas
A preparação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativas, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Financeiras devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

(i) *Julgamentos*
As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 - Combinação de negócios. O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos;
- Nota explicativa nº 15 - Direito de uso e passivo de arrendamento: arrendamento a pagar - determinação se um contrato contém um arrendamento, seu prazo, renovações e classificação;
- Nota explicativa nº 20 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Avaliação de passivos de seguros;
- Nota explicativa nº 22 - Provisão para ações judiciais. Principais premissas para determinação o valor e a probabilidade da saída de recursos.

(ii) *Incertezas sobre premissas e estimativas*
As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 - aquisição de controlada: valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base

provisória;

- Nota explicativa nº 7 - Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes;
- Nota explicativa nº 8 - Despesas de comercialização diferidas. Identificação do tempo médio de duração dos contratos para determinar o prazo de diferimento das comissões e, conseqüentemente, sua apropriação ao resultado contábil do exercício;

Para a explicativa nº 11 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

- Nota explicativa nº 14 - Revisão da vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do período;

Para a explicativa nº 16 - Determinação da vida útil estimada dos ativos intangíveis e, conseqüentemente, da taxa de amortização a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício. Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

- Nota explicativa nº 20 - Provisões técnicas de operações de assistência à saúde. Reconhecimento e mensuração de passivos de seguro; e

Para a explicativa nº 22 - Provisões para ações judiciais. Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências; principais premissas para determinar o valor e a probabilidade da saída de recursos.

3.1.9. Mensuração do valor justo
A Companhia e suas Controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- no mercado principal para ativo ou passivo; e
- na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo e passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utiliza o ativo em seu melhor uso.

Para ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas Controladas utilizam técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas Demonstrações Financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo com um todo:

- Nível I - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível II - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível III - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia e suas Controladas determinam se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo com um todo) no fim de cada período de divulgação.

A Companhia e suas Controladas determinam as políticas e os procedimentos para mensuração do valor justo, como ativos financeiros não cotados, e para mensuração não recorrente. A Companhia e suas Controladas são responsáveis pelo departamento de avaliação de risco, sendo composto pelos diretores financeiros e gerentes de cada propriedade.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 3 - Combinações de negócios; e
- Nota explicativa nº 4 - Instrumentos financeiros.

3.1.10. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias:

- mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e
- mensurados ao custo amortizado.

Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia e de suas Controladas para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia e suas Controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia e de suas Controladas para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

(i) *Ativos financeiros - mensuração inicial*
No reconhecimento inicial, a Companhia e suas Controladas mensuram seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Para as contas a receber de clientes, a mensuração inicial se dá pelo preço da transação.

(ii) *Ativos financeiros - custo amortizado*
Ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresentada redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia e de suas Controladas ao custo amortizado incluem as contas a receber de clientes.

(iii) *Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado*
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(iv) *Ativos financeiros - mensuração subsequente*
Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente à perda de crédito esperada. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago.

Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse modelo de negócio são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho ou perda no resultado do período.

Saúde por inteiro. Avança inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



Grupo
Notre Dame Intermédica

ANS nº 359017

—☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Para os créditos não relacionados com planos de saúde é constituída perda de recuperabilidade de créditos para saldos vencidos acima de 90 dias, salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desses contratos.

3.1.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são utilizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita, nos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas Controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.1.14. Despesas de comercialização diferidas
Representados por comissões pagas pela comercialização de planos coletivos e individuais são diferidas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas diferidas", de acordo com a Resolução Normativa (RN) 322/13, alterada pela RN nº 472/2021. Em 2020, por meio do último estudo técnico realizado, a Companhia e suas Controladas mantiveram o diferimento das despesas pelo prazo de até 36 meses e o saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante, que compreende o saldo de até 12 meses, e no ativo não circulante, para o saldo superior a 12 meses. Os demais gastos com comissões são registrados como despesas de comercialização, conforme incorridos.

3.1.15. Imposto de Renda e Contribuição Social
(i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro líquido - correntes
Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovados no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia e suas Controladas operam e geram lucro tributável. Imposto de Renda e Contribuição Social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriadas.

(ii) Tributos diferidos
Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:
• quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou lucro ou prejuízo fiscal; e
• sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em Controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto:
• quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo e passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil, nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
• sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em Controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. O tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Benefícios fiscais adquiridos com parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução do ágio (contando que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecimento no resultado.

A Companhia e suas Controladas contabilizam ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendem fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia e por suas Controladas se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançado pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

3.1.16. Investimentos - Controladas
A participação societária que a Companhia possui em suas Controladas é avaliada pelo método de equivalência patrimonial e está registrada na rubrica "Resultado de equivalência patrimonial" na demonstração do resultado.

As Demonstrações Financeiras das Controladas são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

3.1.17. Imobilizado
Os itens que compõem o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme apresentado a seguir.

Grupo do ativo imobilizado	Vida útil	Taxa média anual de depreciação - % a.a.
Terenos e imóveis	25 a 50 anos	2%
Veículos	1 a 10 anos	17%
Instalações	5 a 10 anos	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25 anos	14%
Móveis e utensílios	1 a 15 anos	10%
Equipamentos de computação	1 a 15 anos	25%

A Companhia e suas Controladas revisam o valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajustam de forma prospectiva, quando for o caso. Um item de imobilizado é baixado quando perdido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhuma expectativa razoável de recuperação do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.1.18. Ativos intangíveis
Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se houver. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida e indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados contabilmente, mas são testados anualmente em relação às perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Aquisição da carteira de plano de saúde	Vida útil (anos)
Sistema de computadores	2 a 13 anos
Ágio adquirido por combinação de negócios	20% a.a.
Ativos intangíveis	Indefinida
Outros ativos intangíveis	7 anos
Um ativo é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.	

3.1.19. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos nesse modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nesses orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e nesses orçamentos geralmente abrangem o período de 5 anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa a qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

3.1.20. Provisões
Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas Controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas
A Companhia e suas Controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(ii) Contratos onerosos
Se a Companhia e suas Controladas possuem um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia e suas Controladas reconhecem qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- no custo de cumprir o contrato; ou
- no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

(iii) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde
Constituídas de acordo com Resoluções Normativas emitidas pela ANS, essas provisões são representadas pela:

(a) Provisão de prêmio contraprestação não ganha (PPCNG): conforme Resolução Normativa ANS nº 314 de 23 de novembro de 2021. A partir de janeiro de 2013, as contraprestações e prêmios provenientes das operações de plano privados de assistência à saúde deverão contemplar parcela da PPCNG, no qual o cálculo da provisão apura a parcela de prêmios ou contribuições não ganhas, relativa ao período de cobertura do risco assistencial dos contratos com modalidade de pré-pagamento.

(b) Provisão de eventos e sinistros a liquidar para a SUS (Sistema Único de Saúde): corresponde aos custos de assistência dos seus beneficiários que utilizaram a rede de atendimento à saúde pública. A Operadora deve registrar o ressarcimento ao SUS em sua escrituração contábil na rubrica "Sistema Único de Saúde - SUS" em contrapartida "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde" no passivo circulante e não circulante.

(c) Provisão para eventos a liquidar: é constituída com base nas notificações recebidas dos prestadores de serviços que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço (Resolução Normativa nº 290/2012, alterada pelas Resoluções Normativas nº 322/2013 e nº 472/2021).

(d) Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA): provisão para fazer frente ao pagamento dos eventos ocorridos e não avisados perante os prestadores da rede credenciada, calculada com base em metodologia atuarial (Resolução Normativa nº 209/2009, alterada pelas Resoluções Normativas nº 227/2010, nº 243/2010, nº 246/2011, nº 313/2012, nº 393/2015 e nº 442/2018).

(e) Provisão para eventos ocorridos e não avisados para SUS (PEONA-SUS): refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros que já tenham ocorrido na rede assistencial do SUS e que não tenham sido avisados. A Operadora efetua o provisionamento conforme as informações disponibilizadas mensalmente pela ANS (Resolução Normativa nº 442/2018, alterada conforme comunicado nº 88/ANS).

(f) Provisão de insuficiência de contraprestação (PIC): refere-se à insuficiência de contraprestação/prêmio para cobertura dos eventos/sinistros a ocorrer, quando constatada, conforme Resolução Normativa nº 442/2018.

(g) Provisão para remissão: é constituída para os beneficiários que ficarem isentos dos pagamentos das contraprestações previstas em contrato.

Conforme Resolução Normativa nº 227/2010 alterada pelas Resoluções Normativas nº 329/2013 e nº 392/2015, nº 419/16, nº 427/17, e nº 430/17, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, são estabelecidas regras para constituição de provisões técnicas. Tais regras exigem que a operadora vincule seus ativos financeiros no montante mínimo pela RN para cobrir as contraprestações.

3.1.21. Direito de uso e Passivo de arrendamento
A Companhia e suas Controladas avaliam na data de início do contrato se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

A Companhia e suas Controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia e suas Controladas reconhecem os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento a ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

(i) Ativos de direito de uso
A Companhia e suas Controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia e suas Controladas ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável.

(ii) Passivo de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas Controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e suas Controladas e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia e suas Controladas exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas Controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

(iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor
A Companhia e suas Controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seu arrendamento de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.1.22. Pagamento Baseado em Ações
A Companhia oferece a certos funcionários a opção de participar do Plano de Pagamento Baseado em Ações, no qual os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (transações liquidadas com títulos patrimoniais). O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgadas.

O Plano de Pagamento Baseado em Ações está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 29, calculado com base no valor atribuído à permanência e à performance dos participantes, determinado pelo valor justo das opções outorgadas, estabelecido na data da outorga de cada plano, utilizando um modelo de precificação de opção, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contrapartida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido. Os participantes do Plano de Pagamento Baseado em Ações se restringem aos executivos da Companhia e suas Controladas.

3.1.23. Obrigações com benefícios de longo prazo pós-emprego a funcionários
A Companhia concede a certos executivos o benefício de assistência à saúde pós-emprego. O custo dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado.

Mensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite dos ativos, excluindo os juros líquidos, e o retorno sobre ativos do plano, excluindo juros líquidos, são reconhecidos imediatamente no balanço patrimonial, com correspondentes débitos ou créditos retidos por meio de outros resultados abrangentes no período em que ocorra. As mensurações não são reclassificadas no resultado em períodos subsequentes.

Os custos de serviços passados são reconhecidos no resultado nas seguintes datas, a que ocorrer primeiro:
• a data de alteração do plano ou redução significativa da expectativa do tempo de serviços; e
• a data em que a Companhia reconhece os custos relacionados com reestruturação.

Os juros líquidos são calculados aplicando-se a taxa de desconto ao ativo ou passivo do benefício definido líquido. A Companhia reconhece as seguintes variações nas obrigações de benefício definido líquido em despesas administrativas nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do resultado. Os participantes do plano de benefícios pós-emprego se restringem a certos executivos da Companhia e suas Controladas.

3.1.24. Distribuição de lucros
A Companhia e suas Controladas reconhecem um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e devida de ser uma opção de empresa ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no Estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

3.1.25. Reconhecimento de receitas e custos operacionais
A Companhia e suas Controladas atuam no ramo de prestação de serviços de assistência à saúde e odontológica. Os serviços são vendidos em contratos separados, individual por cliente ou agrupados como um pacote de serviços. Para este, com planos de assistência à saúde, a Companhia entende que o mesmo deve atender aos requerimentos do CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguros. Para os itens não enquadrados nesse pronunciamento, a Companhia adota como política para o reconhecimento de receita os critérios dispostos no CPC 47/IFRS 15 - Contratos com clientes.

(i) Reconhecimento de receitas operacionais
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço preestabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (*pro rata die*). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência.

(ii) Receitas de contratos com clientes
(a) Prestação de serviços
A Companhia presta serviços de assistência à saúde e odontológica por meio de seus hospitais. Esses serviços são vendidos separadamente nos contratos com os clientes. A Companhia avaliou que os serviços são satisfetos ao longo do tempo dado que o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios prestados. A Companhia identificou e analisou as diferenças de acordo com o novo pronunciamento, conforme descrito abaixo:

Contraprestação variável:
A Companhia possui dois tipos de glosas:
• internas, as quais são realizadas pelos auditores das operadoras que fiscalizam os relatórios antes do faturamento dentro dos hospitais;

• externas, glosas das faturas emitidas e enviadas para as operadoras e que por diversos motivos podem ser ou não aprovadas.

A Companhia considera que as glosas são contraprestações variáveis, de acordo com a IFRS 15. Se a contraprestação prometida no contrato incluir um valor variável, a entidade estima o valor da contraprestação à qual a entidade terá direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente.

A variabilidade relativa à contraprestação prometida ao cliente pode ser declarada expressamente no contrato.

Sobre o valor da contraprestação variável, utilizando qualquer dos métodos a seguir e, dependendo do método, a entidade espera melhor prever o valor da contraprestação à qual tem direito:

• O valor esperado: é a soma de valores ponderados em função da probabilidade de uma gama de possíveis valores de contraprestação. O valor esperado pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação variável, se a entidade tiver grande número de contratos com características similares.

• O valor mais provável: é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato). O valor mais provável pode ser uma estimativa apropriada do valor da contraprestação.

• Variável: se o contrato tiver apenas dois possíveis resultados (por exemplo, a entidade atingir um bônus de desempenho ou não).

(iii) Reconhecimento dos custos dos serviços prestados
Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas) são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

3.1.26. Teste de adequação de passivos (TAP)
O CPC 11/IFRS 4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das Demonstrações Financeiras por meio de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideraram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Quando é identificada qualquer insuficiência, a Companhia contabiliza a perda apurada no resultado do exercício.

O teste foi efetuado considerando os segmentos de negócios adotados pela Companhia e considerou as provisões técnicas, contraprestações líquidas, despesas administrativas e de comercialização. No cálculo do valor presente dos fluxos de caixa a Companhia utilizou como referência as taxas livres de risco fornecidas por fontes oficiais.

O cálculo do TAP considerou em suas estimativas os compromissos assumidos até a data-base e a liquidação desses compromissos em períodos futuros. Com base nesses dados, foram estimados os valores de passivos atuariais que foram descontados a valor presente para uma comparação com as provisões técnicas de ativos efetuadas.

O teste efetuado não apresentou insuficiência na data do balanço, portanto não houve necessidade de efetuar provisões adicionais.

3.1.27. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021
A Companhia e suas Controladas aplicaram pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia e suas Controladas decidiram não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

(i) Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência
As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das Demonstrações Financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída por uma alternativa por uma taxa quase livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

• Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente geradas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluatante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado.

• Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de *hedge*, sem que o relacionamento de *hedge* seja descontinuado.

• Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como *hedge* de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia e suas Controladas pretendem usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis.

(ii) Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021

As alterações prevêm concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia de COVID-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada à COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas, como o impacto da pandemia de COVID-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para 30 de junho de 2022. Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. No entanto, o Grupo ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à COVID-19, mas planeja aplicar o expediente prático quando disponível dentro do período da norma.

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Movimentação da perda de recuperabilidade sobre créditos está assim demonstrada:

	Consolidado		
	Plano de Saúde	Não relacionado c/plano de saúde	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(51.848)	(19.284)	(71.132)
Reclassificação	(844)	844	-
Constituições	(429.182)	(213.624)	(642.806)
Reversões	428.372	213.211	641.583
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(53.502)	(18.853)	(72.355)

9. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

As despesas de comercialização são diferidas e amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos ou com a expectativa conforme Nota Técnica Atuarial (NTA) e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferidas" no ativo circulante e não circulante. Em 31 de dezembro de 2021, as despesas de comercialização diferidas estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado		
	2021	2020	
Saldo no início do exercício	473.567	364.833	
Saldo adquirido	2.124	-	
Constituições	370.311	402.802	
(-) Amortização	(360.213)	(294.068)	
Saldo no final do exercício	485.789	473.567	
Circulante	266.581	244.009	
Não circulante	219.208	229.558	

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado		
	2021	2020	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	84.816	66.531	
Contribuição Social sobre o lucro (i)	18.084	14.255	
Imposto de Renda retido na fonte	25.801	23.745	
Crédito de previdência social	1.633	878	
Créditos de PIS e COFINS	13.363	7.835	
Crédito de ISS	3.406	386	
Outros créditos tributários e previdenciários	3.619	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	150.722	113.630	
Circulante	147.103	113.630	
Não circulante	3.619	-	

(i) A Companhia e suas Controladas adotam como procedimento o recolhimento mensal antecipado do valor devido do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro e efetuarão o ajuste anual dos valores devidos no encerramento do exercício, quando realizarem o encontro de contas dos impostos antecipados com os impostos a recolher.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020
Depósito judicial ISS - SP (a)	-	-	498.412	376.929
Adiantamento a fornecedores	752	129	51.137	40.676
Outros títulos a receber	1.490	1.705	34.612	11.671
Adiantamento a funcionários	-	-	11.559	12.640
Adiantamento de processos judiciais	-	-	68	10.587
Despesas antecipadas	629	347	1.196	654
Serviços de dados a amortizar (d)	-	-	3.442	5.115
Crédito a receber - indenizações (b)	-	-	21.164	-
Circulante	2.871	2.181	621.590	458.272
Crédito a receber - indenizações (b)	-	-	593.636	620.124
Contas a receber de planos de Saúde	-	-	7.420	7.822
Depósito caução	-	-	842	838
Ativos indenizatórios (c)	-	-	82.762	74.045
Bloqueios judiciais	1	1	8.424	7.249
Instrumentos derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	-	-	3.375	4.133
Outros	10.551	10.551	17.156	12.043
Não circulante	10.552	10.552	713.615	726.254
Total	13.423	12.733	1.335.205	1.184.526

a) Referir-se a depósitos judiciais relativos ao Imposto sobre Serviços (ISS). O valor depositado é relacionado à provisão demonstrada na nota explicativa 17. Em virtude de o depósito ser realizado na data de vencimento do tributo, ou seja, no mês subsequente ao da provisão, há um descausamento entre o depósito judicial e a provisão.

b) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações/quotas e outras avenças, firmados entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica, que em determinadas circunstâncias garantem desde que passíveis de indenizar as eventuais obrigações que venham a ocorrer. A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa 22.

c) Conforme instrumento particular de compra e venda de ações e outras avenças, firmados entre os antigos sócios do Grupo Green Line e o Grupo Notre Dame Intermédica, que em determinadas circunstâncias garantem desde que passíveis de indenizar as eventuais obrigações que venham a ocorrer. A contrapartida foi reconhecida no passivo na linha de provisões para ações judiciais conforme nota explicativa 22.

d) A Companhia efetuou pagamentos de serviços de dados com vigência de 12 meses, que serão apropriados ao resultado ao decorrer de sua competência.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31 de dezembro de 2020		Reconhecido na demonstração do resultado		Aquisições de Controladas		Consolidado 31 de dezembro de 2021				
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020			
Créditos tributários ativos sobre diferenças temporárias originárias de:											
Provisões para ações judiciais	163.524	(26.251)	3.795	141.068							
Perda de recuperabilidade sobre créditos	47.687	(1.919)	1.487	47.255							
Provisão de eventos do SUS	131.388	33.409	-	164.797							
Crédito fiscal sobre diferença adoção inicial CPC 6 (R2), líquido	11.986	6.477	4.055	22.518							
Crédito fiscal sobre diferença de base do ágio apurado na aquisição	136.398	(30.883)	-	105.515							
Provisão infrações ANS	6.220	2.896	-	9.116							
Outras adições	52.690	(3.718)	1.014	49.986							
Prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	132.388							
Imposto diferido ativo	549.893	112.399	10.351	672.643							
Débitos tributários passivos sobre diferenças temporárias originárias de:											
Depreciação e amortização	(21.408)	(2.607)	-	(24.015)							
Amortização do intangível para fins fiscais - NDI Par	(246.241)	10.668	-	(235.573)							
Correção monetária de depósito judicial	(34.167)	(8.531)	-	(42.698)							
Amortização do intangível para fins fiscais	(2.168)	-	-	(2.168)							
Passivo fiscal diferido sobre ágio na aquisição de empresa	(40.798)	-	-	(40.798)							
Passivo fiscal diferido sobre ágio na incorporação	(157.032)	(121.055)	-	(278.087)							
Indenizações	-	1.956	(6.042)	(4.086)							
Outros	(24.742)	249	8.500	(15.993)							
Imposto diferido passivo	(526.556)	(119.320)	2.458	(643.418)							
Total do imposto diferido, líquido	23.337	(6.921)	12.893	29.225							
Os tributos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que essas sejam liquidadas ou realizadas em um prazo não superior a 10 anos. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração. Com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, a expectativa da Administração para a realização dos créditos tributários está apresentada a seguir:											
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
	87.595	87.595	87.595	69.581	56.713	56.713	56.713	56.713	56.713	56.712	672.643

Em 31 de dezembro de 2021, as Controladas da Companhia haviam realizado, para fins fiscais, amortização de ágio no montante de R\$ 2.021.037, gerando aproveitamento de créditos fiscais no valor de R\$ 687.754 desde a constituição, estando em conformidade com o estudo técnico e com o plano de negócios e projeções da Administração.

Os tributos incidentes sobre o (prejuízo)/lucro do exercício são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020
Resultado antes do IR/CS	(171.443)	736.188	(98.918)	1.245.127
À alíquota fiscal de 34%	58.291	(250.304)	33.632	(423.357)
Equivalência patrimonial	(46.448)	272.686	-	-
Remuneração variável dos administradores	-	-	(8.125)	(7.015)
Programa de stock option	(9.452)	(16.572)	(9.452)	(16.572)
Ajuste a valor presente - parcela diferida do preço de aquisição	-	(5.007)	-	(5.007)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	-	(2.009)	-	(12.802)
Ajuste de lucro presumido	-	-	1.413	(7.190)
Despesas indedutáveis	3.970	1.206	416	(1.408)
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(6.361)	-	(51.754)	-
Outras exclusões (adições) permanentes	-	-	(38.719)	(36.071)
Despesa de imposto de Renda e Contribuição Social na demonstração do resultado	-	-	(72.589)	(509.422)
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	-	-	(65.658)	(59.400)
Crédito/(Despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	-	-	(6.921)	(450.022)
Alíquota efetiva	0%	0%	(73%)	41%

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Destacamos a seguir para a Companhia e suas Controladas a origem dos depósitos judiciais:

	31 de dezembro de 2020		Saldo adquirido		Adições/baixas depósitos		Atualizações		Consolidado 31 de dezembro de 2021	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fiscais	212.244	26.775	12.799	24.510	276.328	276.328	276.328	276.328	276.328	276.328
Trabalhistas	28.389	1.839	9.201	(6.999)	32.430	32.430	32.430	32.430	32.430	32.430
Regulatórios/Cíveis	66.592	32.016	12.404	1.015	112.027	112.027	112.027	112.027	112.027	112.027
Depósitos judiciais - SUS	474.808	6.065	111.152	18.104	610.129	610.129	610.129	610.129	610.129	610.129
Total	782.033	66.695	145.556	36.630	1.030.914	1.030.914	1.030.914	1.030.914	1.030.914	1.030.914

	31 de dezembro de 2019		Saldo adquirido		Adições/baixas depósitos		Atualizações		Consolidado 31 de dezembro de 2020	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Fiscais	176.785	918	25.996	8.545	212.244	212.244	212.244	212.244	212.244	212.244
Trabalhistas	714	195	25.744	920	117.255	117.255	117.255	117.255	117.255	117.255
Regulatórios/Cíveis	55.037	1.299	8.179	2.077	66.592	66.592	66.592	66.592	66.592	66.592
Depósitos judiciais - SUS	235.848	30.477	197.501	10.982	474.808	474.808	474.808	474.808	474.808	474.808
Total	493.414	32.694	232.596	23.229	782.033	782.033	782.033	782.033	782.033	782.033

Fiscais - conforme apresentado na nota explicativa 22, a Companhia e suas Controladas possuem discussões processuais que aguardam decisão judicial e administrativa. A Companhia e suas Controladas, conforme orientação de seus advogados, efetuaram depósitos judiciais e aguardam a conclusão da lide.

Trabalhistas - depósitos efetuados pela Companhia e suas Controladas para fazer frente a questionamentos de contingências, conforme apresentado na nota explicativa 22, com natureza reclamatória trabalhista, danos morais, ações coletivas e cível pública.

Regulatórios/Cíveis - correspondem a depósitos judiciais que têm como natureza a cobrança indenizatória, obrigação de fazer, revisional, inexistência de débito e execução declaratória. O registro das contingências regulatórias/cíveis apresentadas na nota explicativa 22 está relacionado a esses depósitos.

Depósitos judiciais - SUS - as Controladas questionam judicialmente os valores cobrados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS a título de "Ressarcimento ao SUS", que trata o artigo 32 da Lei nº 9.656/98. As Controladas não atribuíram prognóstico de risco por se tratar de garantia da efetivação da tutela jurisdicional.

13. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA

A movimentação do investimento na Controlada direta BCBF Participações S.A. ocorreu da seguinte forma:

	BCBF		Outros ativos (i)		Total	
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.039.838	7.039.838	477.998	7.517.836	7.517.836	7.517.836
Aumento de capital	55.000	-	-	55.000	55.000	55.000
Equivalência patrimonial do exercício	(115.904)	-	-	(115.904)	(115.904)	(115.904)
Outros	(153)	-	-	(153)	(153)	(153)
Amortização de mais-valia (ii)	-	-	(20.708)	(20.708)	(20.708)	(20.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.978.781	6.978.781	457.290	7.436.071	7.436.071	7.436.071

(i) Referir-se ao ágio gerado pela aquisição do Grupo Notre Dame Intermédica e a mais-valia de ativos tangíveis e intangíveis.

Principais informações contábeis sobre a Controlada Direta BCBF Participações S.A.:

	31 de dezembro de 2021		31 de dezembro de 2020	
	2021	2020	2021	2020
Ativo	10.655.252	9.376.664	9.376.664	9.376.664
Passivo	3.676.471	2.336.826	2.336.826	2.336.826
Patrimônio líquido	6.978.781	7.039.838	7.039.838	7.039.838
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(115.904)	840.622	840.622	840.622
% Participação societária	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

14. IMOBILIZADO

	31 de dezembro de 2020		Saldo adquirido		Aquisições	
--	------------------------	--	-----------------	--	------------	--

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

☆ continuação NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Grupo/Empresa	UGC¹	Composição do Ágio		
		Data	2021	2020
LabClin	Saúde Sudeste	13.04.2020	4.464	4.472
Hospital Coração Balneário Camboriú	Saúde Sul	20.05.2020	35.759	35.761
Grupo Santa Mônica	Saúde Minas	24.08.2020	111.721	115.539
Hospital e Maternidade Santa Brígida	Saúde Sul	23.10.2020	18.905	28.554
Lifecenter	Saúde Sul	01.12.2020	113.136	68.698
Lifecenter	Saúde Minas	20.01.2021	211.803	–
Climpepe	Saúde Minas	08.03.2021	88.840	–
Bio Saúde	Saúde Sudeste	31.03.2021	69.266	–
Hospital do Coração de Londrina	Saúde Sul	05.04.2021	192.014	–
Grupo Medisanitas	Saúde Minas	13.04.2021	768.400	–
Hospital e Maternidade Maringá	Saúde Sul	16.07.2021	25.486	–
Grupo Serpam	Saúde Minas	04.08.2021	132.076	–
Casa de Saúde e Maternidade Santa Martha	Saúde Sudeste	01.10.2021	130.405	–
			7.110.036	5.474.599

1 - UGC - unidade geradora de caixa
A Administração revisou as definições das UGCs para a realização do teste de *impairment* anual identificando a existência de uma terceira UGC em virtude do crescimento da Companhia na região de Minas Gerais.
(c) Refere-se à alocação dos ativos intangíveis identificáveis na aquisição de empresas (relacionamento com clientes, marcas e acordo de não concorrência) a serem amortizados conforme demonstrado a seguir:

Ativos intangíveis	– Vida útil
Marcas	30 anos
Relacionamento com clientes	3 a 8 anos
Acordo de não concorrência	5 anos

O montante da amortização apurada no período é registrado no resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas operacionais", conforme notas explicativas 26 e 27, a, respectivamente.

(ii) **Teste ao valor recuperável dos ativos**
Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida
A Companhia e suas Controladas realizaram o teste de valor recuperável das unidades geradoras de caixas (UGCs) decorrente do ágio adquirido por meio de combinação de negócio. Em 2020, as operações da Companhia, a Administração passou a monitorar, controlar e tomar decisões de seu negócio de Saúde de maneira regionalizada. Dessa forma, no segmento operacional Saúde, a Companhia passou a monitorar as UGCs definidas como Saúde Sudeste e Saúde Sul e, no caso do segmento operacional odontológico, continuou monitorando a UGC Odontológica que, neste caso, coincide com o seu próprio segmento operacional.
A seguir demonstramos o detalhamento para classificação das unidades geradora de caixa, classificadas por companhia do grupo GNDI.

(i) ("UGC Minas Gerais"), a qual contempla as operações adquiridas da Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A. (Antiga Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde SA), Centro Oftalmológico NDIS MG Ltda. (antiga Centro Oftalmológico Kerally Ltda.), Hospital Kerally Ltda., Centro Clínico NDIS MG Venda Nova Ltda. (antiga Centro Clínico Kerally Venda Nova Ltda.), Centro Médico Kerally Ltda., Serviço de Prestação de Assistência Médico Hospitalar S.A., Hospital Varginha S.A., Instituto de Medicina Especializada Atenas S.A., Hospital e Maternidade Santa Mônica S.A., INCORD - Instituto de Neurologia e de Coração de Divinópolis Ltda., Biomagem Diagnósticos por Imagem e Laboratório de Análises Clínicas Ltda. e SMV Serviços Médicos Ltda.; (ii) ("UGC Clinipam"), a qual contempla as empresas: Clinipam - Clínica Médica Paranaense de Assistência Médica Ltda., Hospital do Coração de Balneário Camboriú Ltda., Hospital e Maternidade Santa Brígida S.A., Hospital do Coração de Londrina Ltda. e Hospital e Maternidade Maringá S.A.; (iii) ("UGC Saúde"), a qual contempla as empresas: Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Hospital São Bernardo S.A., São Lucas Saúde S.A., São Lucas Serviços Médicos Ltda., Clínica São Lucas Ltda., Lifecenter Sistema de Saúde S.A., Climepe Total Ltda., Bio Saúde Serviços Médicos Ltda., Hospital Intermédica Jacarepaguá Ltda., Notre Dame Intermédica Participações S.A., Laboratório de Análises Clínicas Sanitas S/C Ltda., Com Vc Drograria Ltda., Minas Saúde Investimentos e Participações Ltda., Osi Brasil Participações Ltda., Osi Investimentos Brasil Ltda., Graha Azul Administração e Participação Ltda. e BCBF Participações S.A.; (iv) ("UGC Odonto"), a qual contempla a empresa Interodonto Sistema Odontológico Ltda.
Em 2021, a Companhia continuou realizando novas aquisições e aumentou sua participação no estado de Minas Gerais. Por esse motivo, foi identificada mais uma UGC definida como Saúde Minas.
Abaixo demonstramos o valor contábil do ágio alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa:

	31 de dezembro de 2021	2020
Saúde Sudeste	2.950.677	3.001.843
Saúde Sul	2.698.975	2.325.208
Saúde Minas	1.312.840	–
Odontológica	147.544	147.544
	7.110.036	5.474.599

O teste realizado de valor recuperável em 30 de setembro de 2021 e 2020 considera, entre outros fatores, a relação entre o valor de uso (*value in use*) e o seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicativos de perda por redução ao valor recuperável.
Em 31 de dezembro de 2021, o valor de uso, apurado no laudo por empresa independente contratada pela Companhia e suas Controladas, é superior ao valor contábil, indicando que não existem indícios de perda por redução ao valor recuperável do ágio.

Unidade geradora de caixa de atividade de saúde
O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade de saúde, distribuído em Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas, foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente.
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2021, com projeção de dez anos. Apresentamos a seguir o crescimento médio da receita líquida e o lucro líquido para cada regional:

UGC	2021		31 de dezembro de 2020	
	Crescimento médio	Receita líquida	Crescimento médio	Receita líquida
Saúde Sudeste	10,90%	19,00%	11,50%	13,70%
Saúde Sul	11,10%	14,30%	13,50%	15,80%
Saúde Minas	12,10%	21,70%	–	–

A taxa de desconto antes dos impostos foi de 15,63% em 31 de dezembro de 2021 (18,38% em 31 de dezembro de 2020), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 1,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essas unidades geradoras de caixa.
Como a data-base do teste de *impairment* foi 30 de setembro de 2021, as empresas adquiridas após essa data foram avaliadas pelo seu *Purchase Price Allocation* e não foram identificadas evidências de *impairment*.

Unidade geradora de caixa de atividade de odontologia
O valor recuperável da unidade geradora de caixa de atividade odontológica foi determinado por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a data-base da apuração foi 30 de setembro de 2021, com projeção de dez anos, considerando um crescimento de 8,90% a.a. de receita líquida e de 9,40% a.a. de lucro líquido (8,20% a.a. e 4,50% a.a. em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). A taxa de desconto antes dos impostos foi de 15,85% em 31 de dezembro de 2021 (19,54% em 31 de dezembro de 2020), e o fluxo de caixa referente ao período que extrapola os dez anos considera uma taxa de crescimento de 6,0% a.a., levando em consideração a perspectiva de inflação de longo prazo de 4,1%, acrescido de 1,9% referente ao crescimento das receitas do último período projetado. Em decorrência da análise de recuperabilidade efetuada, foi identificado um excesso sobre o valor contábil, não sendo, desta forma, necessário o reconhecimento de redução ao valor recuperável para essa unidade geradora de caixa.

Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso e sensibilidade
O cálculo do valor em uso tanto para a atividade de saúde quanto odontológica é mais sensível às seguintes premissas:
a) **Margens brutas**
Margens brutas são baseadas nos históricos da Companhia. As margens brutas para as unidades geradoras de caixa na atividade de saúde e odontologia foram em média 23,7% e 70,0%, respectivamente. A margem para ambas as atividades tem um incremento moderado nos primeiros quatro anos e após ocorre uma estabilização até o final da projeção.
b) **Taxas de desconto**
As taxas de desconto representam a avaliação de riscos no atual mercado, específicos a cada unidade geradora de caixa, levando em consideração o valor do dinheiro pela passagem do tempo e os riscos individuais dos ativos relacionados que não foram incorporados nas premissas incluídas no modelo de fluxo de caixa. O setor de saúde suplementar é em sua maioria financiado por capital próprio, portanto foi adotado como taxa de desconto o custo de capital próprio, calculado pelo CAPM (custo médio ponderado de capital).
As estimativas para o cálculo do CAPM são obtidas com base em índices publicados para os países bem como indicadores de práticas do mercado norte-americano.
c) **Os indicadores macroeconômicos**
A Companhia tem considerado o IGP-M, o Índice de variação do custo médico hospitalar - IVCMH e o CDI para elaborar seus indicadores, conforme apresentados a seguir:
Indicadores

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
IGP-M¹	3,88%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
CDI	2,15%	4,54%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%	5,15%
IVCMH²	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%

¹ Taxas estimadas pela Administração da Companhia.
² Índice de Variação do Custo Médico Hospitalar (IVCMH), estimada pela área técnica da Companhia.
³ *Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar os fluxos de caixa além do período explícito de dez anos*
A Administração reconhece que as taxas de crescimento utilizadas consideram, além do crescimento orgânico, a estratégia de verticalização existente no plano de negócios da Companhia.

17. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	2021	2020
Imposto sobre Serviços (ISS)	517.857	392.279
Contribuição previdenciária	4.603	12.022
FGTS	5.008	5.194
PIS e COFINS	37.595	22.766
Contribuições sindicais e assistenciais	168	120
Parcelamento de tributos e contribuições	29.727	15.347
Outros	2.571	3.330
Impostos devidos a recolher	597.959	451.058
Imposto de Renda - colaboradores	18.577	13.814
Imposto de Renda - terceiros	9.172	7.392
Imposto sobre Serviços	6.607	4.876
Contribuição previdenciária retida	12.107	6.585
Retenção PIS/COFINS/CSLL	19.884	19.316
Impostos retidos a recolher	66.447	51.783
Parcelamento impostos, multas e taxas - federal	64.788	44.961
Parcelamento impostos, multas e taxas - municipais	700	680
Parcelamento impostos, multas e taxas - outros	21.338	16.728
Parcelamento impostos, multas e taxas	86.826	62.369
Total	750.802	565.210
Circulante	663.976	502.841
Não circulante	86.826	62.369

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Linha de crédito	Instituição financeira	Indexador	Vencimento	Amortização	Consolidado	
					31 de dezembro de 2021	2020
BNDES	Banco Santander	TJLP	2021	Mensal	–	18
BNDES	Bradesco	TJLP	2023	Mensal	–	1.029
Capital de giro	Banco Itaú	CDI + 2,4% a.a.	2022-2024	Anual	258.792	279.166
Capital de giro	Banco Itaú	Pré-fixado	2022-2024	Mensal	–	3.088
Capital de giro	Banco Itaú	CDI	2022-2024	Mensal	17.586	–
Capital de giro	Banco Santander	CDI	2023	Mensal	3.509	4.055
Capital de giro	Banco Santander	Pré-fixado	2023	Mensal	4.635	2.245
Capital de giro	Banco Santander	CDI + 2,4% a.a.	2024	Anual	303.702	–
Capital de giro	Bradesco	CDI	2022	Mensal	5.404	4.956
Capital de giro	Bradesco	Pré-fixado	2024	Mensal	–	4.461
Capital de giro	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	3.090	–
Capital de giro	Banco do Brasil	CDI + 2,3% a.a.	2022-2025	Anual	299.074	298.619
Capital de giro	Banco do Brasil	CDI + 1,28% a.a.	2026	Trimestral	180.706	–
Capital de giro	Citibank	CDI + 2,6% a.a.	2022-2023	Anual	262.737	260.230
Capital de giro	Banco BDMG	CDI	2022-2024	Trimestral	9.696	–
Capital de giro	Caixa Econômica Federal	Pré-fixado	2025	Mensal	–	2.000
Leasing	Banco do Brasil	CDI	2023	Mensal	–	574
Leasing	Banco Santander	CDI	2022-2023	Mensal	122	1.689
Leasing	Bradesco	CDI	2022-2022	Mensal	–	521
Leasing	HP Financial	CDI	2022	Mensal	45	101
Leasing	HP Financial Service	Pré-fixado	2022-2023	Mensal	246	–
Nota promissória	Bradesco	CDI + 1,4% a.a.	2022-2022	Anual	98.626	278.677
Coop. Crédito	Uniprime	CDI	2025	Mensal	–	2.076
Coop. Crédito	Uniprime	Pré-fixado	2025	Mensal	–	476
Coop. Crédito	Credicom	CDI	2022-2026	Mensal	24.512	–
Coop. Crédito	Siccoob	CDI + 0,25% a.a.	2022-2028	Mensal	19.513	–
Outros		CDI			120	24.759
					1.492.115	1.168.740
					195.878	225.077
					1.296.237	943.663

A Companhia entende que os empréstimos e financiamentos estão registrados próximos ao seu valor justo, classificados como nível 2.

Saldo no início do exercício	Consolidado	
	2021	2020
Saldo adquirido	1.168.740	255.842
Captação	97.127	48.061
Custo com captação	(511.017)	(1.162.000)
Apropriação do custo	(2.284)	(7.821)
Pagamento principal	2.878	1.698
Juros pagos	(302.489)	(324.826)
Variação cambial	(74.390)	(24.447)
Ajuste a valor presente	(948)	–
Juros incorridos	(1.018)	22
	93.482	38.211
Saldo no final do exercício	1.492.115	1.168.740

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 24/03/2022 19:36
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor/ri/>

Hash: 16480749616cee0d35d2744b42aeec95a5deb4de3f

19. DEBÊNTURES

Companhia	Título	Modalidade	emissão	Emissão	Vencimento	Encargos médio	Captação	Consolidado	
								2021	2020
BCBF Participações S.A.	BCBF 12	2ª emissão	300.000	23.02.2018	23.02.2021	CDI + 2,25% a.a.	300.000	–	60.801
BCBF Participações S.A. (iii)	BCBF 14	4ª emissão	750.000	22.09.2020	22.09.2025	CDI + 2,65% a.a.	750.000	765.698	752.837
BCBF Participações S.A. (ii)	BCBF 15	5ª emissão	700.000	04.11.2020	04.11.2025	CDI + 2,65% a.a.	700.000	707.947	697.639
BCBF Participações S.A. (i)	BCBF 16	6ª emissão	1.200.000	07.10.2021	07.10.2027	CDI + 1,45% a.a.	1.200.000	1.216.179	–
Notre Dame Intermédica Saúde S.A. (iv)	NDIM13	3ª emissão	800.000	01.08.2019	01.08.2024	CDI + 1,6% a.a.	800.000	824.804	808.386
							3.750.000	3.514.628	2.319.663
							Circulante	344.692	81.091
							Não circulante	3.169.936	2.238.572

(i) **Sexta emissão pública da BCBF Participações S.A.**
A BCBF Participações S.A. (controlada direta da Companhia) captou, em 7 de outubro de 2021, o montante de R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos milhões de reais), por meio de emissão de 1.200 (um milhão e duzentos mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.
O prazo total é de 6 anos contados da data de emissão, e o principal será amortizado anualmente a partir do 4º (quarto) ano nas datas de 7 de outubro de 2025, 7 de outubro de 2026 e no vencimento em 7 de outubro de 2027.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 7 de abril de 2022 e a última 7 de outubro de 2027. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 1,45% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP. Em 18 de outubro de 2021, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(ii) **Quinta emissão pública da BCBF Participações S.A.**
A BCBF Participações S.A. (controlada direta da Companhia) captou, em 4 de novembro de 2020, o montante de R\$ 700.000 (setecentos milhões de reais) por meio de emissão de 700.000 (setecentas mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000,00 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também ser destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.
O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 4 de novembro de 2023, 4 de novembro de 2024 e no vencimento, em 4 de novembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 4 de maio de 2021 e a última em 4 de novembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 26 de novembro de 2020, em cumprimento ao disposto no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 358/02, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que sua controlada BCBF Participações S.A. concluiu com sucesso sua emissão de debêntures.

(iii) **Quarta emissão pública da BCBF Participações S.A.**
A BCBF Participações S.A. (controlada direta da Companhia) captou, em 22 de setembro de 2020, o montante de R\$ 750.000 (setecentos e cinquenta milhões de reais) por meio de emissão de 750.000 (setecentas e cinquenta mil) debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 1.000 com esforços restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, com o objetivo de reforço de caixa no curso normal dos negócios, podendo os recursos também ser destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias.
O prazo total é de 5 anos contados da data de emissão e o principal será amortizado anualmente a partir do 3º (terceiro) ano nas datas de 22 de setembro de 2023, 22 de setembro de 2024 e no vencimento, em 22 de setembro de 2025.

A remuneração será paga semestralmente, sendo a primeira data em 22 de março de 2021 e a última em 22 de setembro de 2025. A atualização corresponde a uma sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread 2,65% a.a., base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP.

Em 30 de setembro de 2020, em cumprimento

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84



ANS nº 359017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Devido ao fato de a Companhia ter apresentado prejuízo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as opções de compra de ações não foram consideradas no cálculo por não haver efeito diluidor nesse caso.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	2020	31 de dezembro de 2021	2020
(Prejuízo)/Lucro do exercício	(171.443)	736.188	(171.507)	735.745
Média ponderada das ações durante o exercício (em milhares)	613.320	605.099	613.320	605.099
Aumento do número de ações surgidas no Plano de <i>Stock Option</i> , em caso de eventual período de todas as ações outorgadas	—	14.043	—	14.043
Média do número de ações durante os planos - diluídos (em milhares)	613.320	619.142	613.320	619.142
(Prejuízo)/Lucro diluído por ação (em reais)	(0,2795)	1,1890	(0,2796)	1,1893

31. SEGMENTO OPERACIONAL

A Companhia e suas Controladas, para fins de apuração do valor recuperável do ativo, segmentaram suas atividades em UGC Saúde (que compreende Saúde Sudeste, Saúde Sul e Saúde Minas) e UGC Odontológica. O quadro a seguir apresenta a demonstração do resultado para os segmentos Saúde e Odontológico:

	31 de dezembro de 2021			
	Saúde	Odontológico	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	12.256.397	327.964	—	12.584.361
Custos dos serviços prestados	(10.302.165)	(90.420)	—	(10.392.585)
Resultado bruto	1.954.232	237.544	—	2.191.776
Despesas administrativas	(1.067.586)	(53.785)	(55.122)	(1.176.493)
Despesas comerciais	(671.611)	(21.331)	—	(692.942)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(103.417)	(2.383)	—	(105.800)
Outras receitas e despesas, líquidas	21.321	286	10.952	32.559
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	132.939	160.331	(44.170)	249.100
Resultado financeiro	(368.956)	31	20.907	(348.018)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(236.017)	160.362	(23.263)	(98.918)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro	(81.669)	—	9.080	(72.589)
Prejuízo/(Lucro) do exercício	(317.622)	160.362	(14.183)	(171.507)
Atribuído aos acionistas:				
Controladores	(317.558)	160.362	(14.183)	(171.443)
Não controladores	(64)	—	—	(64)

	31 de dezembro de 2020			
	Saúde	Odontológico	Outros segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	10.372.504	300.764	—	10.673.268
Custos dos serviços prestados	(7.486.739)	(75.920)	—	(7.562.659)
Resultado bruto	2.885.765	224.844	—	3.110.609
Despesas administrativas	(951.101)	(59.118)	(59.005)	(1.069.224)
Despesas comerciais	(532.119)	(21.234)	—	(553.353)
Perda de recuperabilidade sobre créditos	(104.625)	(6.467)	—	(111.092)
Outras receitas e despesas, líquidas	4.125	441	(302)	4.264
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	1.302.045	138.466	(59.307)	1.381.204
Resultado financeiro	(123.998)	89	(12.128)	(136.037)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.178.047	138.555	(71.435)	1.245.167
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre lucro	(514.743)	6.545	(1.224)	(509.422)
Lucro/(Prejuízo) do exercício	663.304	145.100	(72.659)	735.745
Atribuído aos acionistas:				
Controladores	663.747	145.100	(72.659)	736.188
Não controladores	(443)	—	—	(443)

	2021			2020		
	Saúde	Odontológico	Consolidado	Saúde	Odontológico	Consolidado
Eventos conhecidos ou avisados	(10.172.939)	(91.648)	(10.264.587)	(7.393.560)	(80.094)	(7.473.654)
(-) Coparticipação	283.034	2.198	285.232	180.283	3.334	183.617
Sistema Único de Saúde - SUS	(85.340)	—	(85.340)	(68.877)	—	(68.877)
Depreciações e amortizações	(169.753)	—	(169.753)	(122.452)	—	(122.452)
Depreciação direito de uso	(61.051)	—	(61.051)	(45.939)	—	(45.939)
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	(96.115)	(970)	(97.086)	(36.194)	840	(35.354)
	(10.302.165)	(90.420)	(10.392.585)	(7.486.739)	(75.920)	(7.562.659)

32. PARTES RELACIONADAS

a) Controladora
Em 22 de março de 2014, a Bain Capital Brazil Participações S.A. (empresa incorporada pelas Operadoras Intermédica, Interodonto e Notre Dame em novembro de 2014) celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças com os vendedores das *holdings* PSBB2 e PSBB3 (empresas incorporadas pela Bain Capital Brazil Participações S.A. em setembro de 2014) e suas Controladas Intermédica, Interodonto e Notre Dame Seguradora. Conforme previsto no contrato, os Vendedores se comprometeram a indenizar a adquirente Notre Dame Intermédica Participações S.A. pelas contingências sofridas e desembolsadas que não estavam refletidas na transação inicial.

A Companhia firmou contrato de instrumento particular de repasse de indenização com a Notre Dame Intermédica, comprometendo-se a indenizar a Notre Dame Intermédica pelos desembolsos decorridos de ações jurídicas que são de responsabilidade da Companhia. O ressarcimento deverá ser pago em 6 anos e 30 dias a contar da data de fechamento do contrato de compra e venda de quotas e outras avenças. O montante registrado em rubrica "Outros passivos circulantes" em 31 de dezembro de 2021 é R\$ 413.945 (R\$ 391.769 em 31 de dezembro de 2020) (nota explicativa 21).

A Companhia mantém planos de opções de compra de ações (*stock options*). Em 31 de dezembro de 2021, as despesas relacionadas aos administradores controlabilizados no resultado totalizaram R\$ 27.801 (R\$ 48.741 em 31 de dezembro de 2020).

b) Consolidado

A remuneração dos principais administradores das Controladas, que compreendem empregados com autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades, é composta de remuneração e gratificações de curto prazo, cujo montante registrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 40.417 (R\$ 71.527 em 31 de dezembro de 2020).

A remuneração variável (Plano de Opção de Ações) não está incluída na remuneração global aprovada em Assembleia.

33. COMPROMISSOS

A Companhia e suas Controladas possuem contratos de aluguel de imóveis, consultoria e manutenção que ainda não possuem requisitos para ser contabilizados até que entre em vigor a sua ocorrência pelo regime de competência. Também não se enquadram nos requisitos do IFRS 16.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	2020
Até um ano	132.090	114.305
De um a cinco anos	526.362	457.195
Acima de cinco anos	132.090	114.298
	792.542	685.798

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas Controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros são contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

A DIRETORIA	CONTADOR: Willian Ykeuti - CRC ISP196.148/O-6
-------------	---

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Notre Dame Intermédica Participações S.A.**, ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial para o exercício encerrado em **31 de dezembro de 2021** e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da **Notre Dame Intermédica Participações S.A.**, em **31 de dezembro de 2021**, o desempenho financeiro e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ênfase

Principais efeitos contábeis e econômicos por meio da operação da combinação de negócio: De acordo com a nota explicativa nº 36, e os fatos relevantes divulgados sobre a combinação de negócio entre a **Notre Dame Intermédica Participações S.A.** e a **Hapvida Participações e Investimentos S.A.** em 04 de janeiro de 2022 foi emitida a certidão de trânsito em julgado da decisão da Superintendência-Geral do Tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) que aprovou a operação de combinação de negócio, sem restrições. Por consequência da combinação de negócio: (i) em 20 de janeiro de 2022, a Companhia e suas controladas comunicaram aos seus acionistas e ao mercado em geral, que o Conselho de Administração, fixou um dividendo extraordinário da Companhia no valor de R\$ 1 bilhão, correspondente a aproximadamente R\$ 1,61 por ação de emissão da Companhia (Dividendos Extraordinários); (ii) Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia encerrou a negociação das ações de sua emissão sob o código GNDI3 na Bolsa de Valores (B3); (iii) Considerando que a Companhia, por meio de suas controladas BCBF Participações e Notre Dame Intermédica Saúde, possuem Debêntures que contêm cláusulas de vencimento antecipado por uma eventual troca de controle direto ou indireto, por consequência do processo de combinação de negócio com a Hapvida Participações e Investimentos S.A., a Administração obteve a concessão de anuidade prévia pelos Debenturistas, bem como cartas "Waivers" com as principais instituições financeiras para a troca de controle da Companhia; (iv) Em consonância às informações publicadas em fatos relevantes conjuntos ao mercado a operação de combinação de negócio terá como consequência sinérgias significativas no crescimento de planos corporativos e produto nacional, assim como possíveis sinérgias de custos e despesas que poderão se converter em desmobilizações de departamentos operacionais classificados como redundantes. Devido à natureza relacionada a eventos futuros, se concretizados, podem trazer impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa opinião não está ressaltada em relação aos assuntos comentados acima.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação das Debêntures e suas respectivas cláusulas de "Covenants"

A Companhia mantém em suas demonstrações financeiras consolidadas debêntures não conversíveis em ações, de suas subsidiárias BCBF Participações S.A. e Notre Dame Intermédica Saúde S.A., com os objetivos restritos de colocação, baseado na Instrução CVM nº 476/2009, para captação de reforço de caixa no curso normal dos negócios, ou serem destinados a aumentos de capital em suas subsidiárias. Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração das Debêntures e seus respectivos "Covenants" como um principal assunto de auditoria, dado que as premissas utilizadas são subjetivas, e pequenas variações nessas premissas podem resultar em mudanças significativas no resultado do teste de adequação e na mensuração desses passivos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Como a auditoria endereçou o assunto:

- Os principais procedimentos que realizamos para tratar do assunto significativo para nossa auditoria incluíram:
 - Validação sobre as atualizações correspondentes sobre a sobretaxa de CDI (variação acumulada das taxas médias do CDI) + spread anual, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP;
 - Avaliação sobre o risco de taxa de juros que advém da possibilidade de alterações que possam trazer impactos ao valor presente para captação de debêntures;
 - Validação das segregações de curto e longo prazo e cronograma de vencimentos das respectivas Debêntures;
 - Avaliação e testes contábeis sobre os pagamentos / amortizações dos juros sobre as Debêntures não conversíveis;
 - Validação de captação de Debêntures emitidas em 2021 para a sua subsidiária (BCBF Participações S.A.), mediante a análises contratuais e análises de riscos de "Covenants";
 - Revisão dos papéis e trabalhos de outros auditores, sobre procedimentos de auditoria para validação das emissões de Debêntures em eventos passados para a Companhia e suas controladas BCBF Participações S.A. e Notre Dame Intermédica Saúde S.A.;
 - Validação de cálculos de "Covenants" financeiros sobre as Debêntures e apurações sobre os fatores relacionados entre a dívida líquida e o EBITDA - lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização;
 - Revisão e validação da concessão de anuidade prévia pelos Debenturistas, sendo concedido anuidade prévia pelos nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, e de acordo com atos de assembleia geral dos titulares de Debêntures; e
 - A avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes.

Processo de combinação de negócio de suas controladas

A Companhia e suas controladas, durante o exercício de 2021, adquiriu controle de Companhias, substancialmente, nos segmentos hospitalares, clínicas e de operadoras de saúde. As aquisições foram concluídas durante o exercício de 2021, por intermédio de aprovações de órgãos reguladores e cumprimentos das formalidades legais. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância as práticas de IFRS, as operações de combinação de negócio requerem a mensuração do valor justo atribuído aos ativos adquiridos e passivos assumidos, tais como os intangíveis identificados ao valor justo, avaliação de mais valia de ativos, apuração do ágio (*Goodwill*), metodologias e premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativa de vida útil; e

Como a auditoria endereçou o assunto:

- Efetuamos revisões dos contratos de aquisições durante o exercício de 2021;
- Com o auxílio e suporte técnico de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e consistência de metodologias de cálculos do valor justo atribuídos aos ativos adquiridos e passivos assumidos, tais como os intangíveis identificados ao valor justo, avaliação de mais valia de ativos, apuração do ágio (*Goodwill*), metodologias e premissas utilizadas na projeção dos fluxos de caixa, taxas de desconto e estimativa de vida útil; e
- Efetuamos a avaliação sob os efeitos das divulgações efetuadas pela Companhia e suas controladas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas, móveis, utensílios e estoques	Incêndio (inclusive decorrente de tumultos, greves e <i>lock-out</i>), queda de raio, explosão de qualquer natureza e queda de aeronaves, danos elétricos, equipamentos arrendados e cedidos a terceiros, RD equipamentos móveis e fixos, queda de vidros, despesas fixas (6 meses), perdas/pagamentos de aluguel (6 meses), roubo/furto qualificado de bens, vendavali, impacto de veículos até fumaça, desmoronamento, equipamentos eletrônicos, objetos portáteis (território nacional) e roubo de medicamentos.	668.386
D&O	Responsabilidade civil, diretores, administradores e conselheiros	100.000
Responsabilidade civil Cibernético	Responsabilidade civil operações	260.560
	Seguro risco cibernético	15.000
Frota de veículos	Compreensiva, danos materiais, danos corporais e equipamentos móveis	100% tabela FIPE por veículo
		Varíavel conforme faixa salarial e limite máximo
Funcionários	Seguro de vida em grupo	R\$ 48.132
Seguro garantia	Garantias sobre contratos de clientes	187.317

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

(i) Aquisição de participação da NeuralMed, LLC

Em 13 de agosto de 2021, a Companhia, através de sua Controlada Direta BCBF Participações S.A., realizou investimento minoritário na *startup* NeuralMed, LLC (NeuralMed), cujas soluções otimizam o tempo de atendimento e a assertividade das decisões médicas por meio de Inteligência Artificial. O investimento realizado por meio de Contrato Simples para Futura Participação Societária prevê uma participação (totalmente diluída) de 9,29%. O valor do investimento foi de R\$ 5.000.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) **Conclusão da operação de compra da CCG Participações S.A.**
Em 4 de junho de 2021, a Controlada BCBF Participações S.A. (BCBF) celebrou contrato de compra e venda de ações sob condições suspensivas e outras avenças para aquisição da CCG Participações S.A. ("Centro Clínico Gaúcho"), operadora verticalizada que oferece planos de saúde, planos dentais e serviços de saúde no Estado do Rio Grande do Sul.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 10 de janeiro de 2022, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição, onde a BCBF passou a deter 100% (cem por cento) das ações da CCG Participações S.A. Adicionalmente, a BCBF cedeu e transferiu para sua controlada direta Hospital e Maternidade Maringá S.A. todos os direitos e obrigações previstos no contrato, permanecendo solidariamente responsável por todas as obrigações do comprador previstas no referido contrato.

Parcela à vista

Parcela retida

Total da contraprestação

Ajuste a valor presente sobre a parcela retida

Total da contraprestação líquida

Em 4 de janeiro de 2022, a transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) por meio do ato de concentração 08700.003434/2021-19.

(ii) Combinação de negócios entre GNDI e Hapvida - Aprovação CADE

A Companhia, em cumprimento às normas vigentes e em continuidade aos fatos relevantes divulgados em 27 de fevereiro e 29 de março de 2021, comunica que a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) deferiu o pedido de autorização para a assunção do controle societário indireto das operadoras de planos de assistência à saúde Notre Dame Intermédica Saúde S.A., Mediplan Assistencial Ltda., SMV Serviços Médicos Ltda., Climepe Total Ltda., Lifeday Planos de Saúde Ltda., São Lucas Saúde S.A. e Clinipam Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda. por Hapvida Participações e Investimentos II S.A., controlada diretamente por Hapvida Participações e Investimentos S.A. (Hapvida).

Em 4 de janeiro de 2022, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) aprovou a operação de combinação de negócios entre Grupo Notre Dame Intermédica e Hapvida, sem restrições conforme ato de concentração 08700.003176/2021-71.

(iii) Combinação de negócios entre GNDI e Hapvida - Dividendos Extraordinários

Em 20 de janeiro de 2022, a Companhia comunicou aos seus acionistas mercado em geral, que o Conselho de Administração, fixou, nesta data, o dividendo extraordinário da Companhia realizada em 20 de março de 2021, no valor de R\$ 1 bilhão de reais correspondente a aproximadamente R\$ 1,613026961 por ação de emissão da Companhia (Dividendos Extraordinários).

O pagamento dos dividendos extraordinários está condicionado à (a) consumação da Combinação de Negócios, (b) será realizado, em moeda corrente nacional, até 29 de março de 2022, com base na composição acionária da Companhia no fechamento do mercado em 11 de fevereiro de 2022, e (c) será isento de imposto de renda, de acordo com o artigo 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Nos termos do Acordo de Associação e Outras Avenças celebrado em 27 de fevereiro de 2021, entre a Companhia, a Hapvida Participações e Investimentos II S.A. (HapvidaCo), subsidiária da Hapvida, e PPAR Pinheiro Participações S.A., sociedade controladora da Hapvida, o valor dos dividendos extraordinários será descontado do valor a ser pago pelo resgate das ações preferenciais de emissão da HapvidaCo que serão entregues aos acionistas da Companhia no âmbito da Combinação de Negócios.

(iv) Consumação da combinação de negócios entre GNDI e Hapvida

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia encerrou a negociação das ações de emissão do GNDI na B3 sob o código GNDI3, sendo considerados como acionistas GNDI, tanto para os fins da Operação como para fazer jus do direito ao recebimento dos dividendos extraordinários declarados pelo GNDI em 20 de janeiro de 2022 os titulares de ações do GNDI no fechamento do pregão nesta data.

Em 14 de fevereiro de 2022 haverá o início da negociação das novas ações ordinárias da Hapvida que serão emitidas aos acionistas do GNDI, com base na relação de troca de 5,24364185943 ações ordinárias da Hapvida para cada uma ação ordinária de emissão do GNDI. O crédito efetivo das novas ações da Hapvida ocorrerá em 16 de fevereiro de 2022. A Relação de Troca Final já considera todos os ajustes previstos no Protocolo e Justificação, e desconsidera as ações em tesouraria do GNDI.

Adicionalmente, conforme divulgado no Comunicado ao Mercado de 9 de fevereiro de 2022, o valor final a ser recebido pelos acionistas do GNDI em contrapartida ao resgate das ações preferenciais resgatáveis da HapvidaCo será de R\$ 5,16614751932 para cada ação ordinária do GNDI de que eram proprietários (Parcela Caixa Final). A Parcela Caixa Final já considera todos os ajustes previstos no Protocolo e Justificação, bem como a atualização pela variação do CDI sobre o valor total de R\$ 4.000.000.000,00 a partir de 29 de março de 2021 (exclusive) até a presente data (inclusive).

O pagamento da Parcela Caixa Fixa e dos Dividendos Extraordinários será feito em 29 de março de 2022.

(v) Conclusão da operação de compra do Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda.

Em 10 de fevereiro de 2022, a Companhia, através das suas controladas indiretas Notre Dame Intermédica Saúde S.A. e Gralha Azul Administração e Participação Ltda., celebrou contrato de compra e venda de quotas e outras avenças para aquisição do HSCOR Hospital do Coração de Duque de Caxias Ltda., passando a deter 100% das quotas do hospital.

A totalidade das condições precedentes foram atingidas em 10 de fevereiro de 2022, data na qual foi formalizado o termo de fechamento da aquisição. O valor da aquisição final foi de R\$ 24.830.

Parcela à vista

Parcela retida

Total da contraprestação

Ajuste a valor presente sobre a parcela retida

Total da contraprestação líquida

A consumação desta transação não está sujeita à aprovação prévia da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Transação não está sujeita

Saúde por inteiro. A vida inteira.

Notre Dame Intermédica Participações S.A.
CNPJ 19.853.511/0001-84

Grupo
NotreDame Intermédica

ANS nº 359017

☆ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas, continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por

fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

Availamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

Availamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



RSM
RSM Acal Auditores Independentes - Sociedade Simples
CRC RJ 004.080/O-9

São Paulo, 23 de março de 2022

Newton Klaiton dos Anjos
Contador CRC 1SP-221.286/O-1

Planos NotreDame Intermédica. A melhor escolha para sua saúde e da sua empresa!

A NotreDame Intermédica é a maior operadora de planos de saúde do país. Temos opções individuais e corporativas com alta qualidade e feitos especialmente para você.

PLANOS DE SAÚDE
A PARTIR DE:

R\$ 58,11
MÊS*

* Valor para plano empresarial de 30 a 99 vidas, acomodação enfermaria e com coparticipação. Preço sujeito a alteração sem prévio aviso.

Diretor Médico do GNDI: Dr. Rodovalho Pires de Albuquerque - CRM: 40.137

Conheça os diferenciais GNDI:



Ampla rede própria de atendimento



Descontos em farmácias e estabelecimentos



Preços acessíveis



Abrangência regional



Telemedicina



Opções de planos odontológicos

ANS nº 359017

SAIBA MAIS EM:
GNDI.COM.BR

Grupo
NotreDame Intermédica

Saúde por inteiro. A vida inteira.

